

SAURIUM FLORESTAL- ASSOCIAÇÃO PRÁ FLORESTA DO CONCELHO DE SOURE

ENTIDADE GESTORA DA AIGP SICÓ

PROPOSTA DE OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DA PAISAGEM

OIGP SICÓ



Novembro 2023

Equipa Técnica

SAURIUM FLORESTAL- ASSOCIAÇÃO PRÁ FLORESTA DO CONCELHO DE SOURE	António Bernardes (Presidente) Margarida Paulino Magda Duarte
MUNICÍPIO DE SOURE	Mário Jorge Nunes (Presidente) Cremilde Pimentel
GEOTERRA	Ernesto Deus

Índice

Lista de siglas e acrónimos	6
I. ENQUADRAMENTO	7
a. Introdução	7
A. TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM	9
a. PROJETO DA PAISAGEM FUTURA	9
a. Ocupação do solo atual (POSA)	9
b. Ocupação do solo proposta (POSP)	11
c. Matriz de transformação da paisagem	16
b. FUNDAMENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES ADOTADAS NA PROPOSTA	18
A1. Situação atual do território	18
a. Localização e enquadramento	18
b. Características biofísicas e edafoclimáticas	18
c. Ocupação do solo	27
d. Áreas edificadas e infraestruturas	30
e. Elementos patrimoniais e culturais	32
f. Fogos Rurais	33
g. Outros riscos e vulnerabilidades	34
h. Estrutura fundiária	34
i. Socioeconómica relevante para a valorização e revitalização territorial	35
j. Estrutura organizativa	36
k. Projetos em curso e aprovados	37
A2. Opções de transformação da paisagem	37
a. Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo	38
b. Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.....	39

c. Conectividade ecológica	39
d. Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água	40
e. Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais	41
f. Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais	45
g. Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais	54
h. Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes	46
i. Fomento da agricultura, da silvo pastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem	46
j. Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor	47
A3. Articulação com o quadro legal	49
a. IGT	49
b. IGIFR	53
c. SRUP	55
d. Planos de gestão florestal	64
A4. Ações de divulgação e de acompanhamento	64
B. Programa de execução	66
a. Unidades de intervenção propostas	66
B1. Unidades de intervenção	69
B2. Modelo de exploração florestal	71
B3. Modelo de intervenção em áreas agrícolas e pastagens	80
C. Investimento e financiamento	82
C1. Ações de reconversão e valorização da paisagem	82
a) Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem	82
b) Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem	83
C2. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos serviços de ecossistemas	83
a) Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos serviços de ecossistemas	83
C3. Demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta	84

D. GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO	87
D1. Levantamento cadastral e da situação de adesão	87
D2. Modelo de gestão e contratualização	87
a. Modelo de organização e funcionamento	87
b. Modelo de acesso e execução dos financiamentos	87
c. Modelo de contratualização de compromissos	88
d. Modelo de intervenção para áreas sem dono desconhecido e para áreas de arrendamento forçado	88
e. Modalidades de adesão	88
E. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	89
Bibliografia	90
Anexos	91

Lista de siglas e acrónimos

AIGP - Área Integrada de Gestão da Paisagem

eBUPI - Estrutura de Missão para a expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada

CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CIMRC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

DGT - Direção Regional do Território

FGC – Faixa de Gestão de Combustível

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

INE – Instituto Nacional Estatística

NMP – Nemátodo da Madeira do Pinheiro

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estáticos

OIGP - Operações Integradas de Gestão da Paisagem

PDM - Plano Diretor Municipal

PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PME - Plano Municipal de Execução

POSA - Planta de Ocupação do Solo Atual

POSP - Planta de Ocupação do Solo Proposta

PRGP - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem

PROF CL - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

PSA - Programa Sub-Regional de Ação

PTP - Programa de Transformação da Paisagem

REN - Reserva Ecológica Natural

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

ZEC - Zona Especial de Conservação

ZIF - Zona de Intervenção Florestal

ZPE - Zona de Proteção Especial

I. ENQUADRAMENTO

a. Introdução

O Maciço Calcário de Sicó é uma zona de fraca densidade populacional, muito envelhecida, com uma agricultura muito rudimentar, e com uma dinâmica económica pouco desenvolvida, mas do ponto de vista ambiental muito rica, nomeadamente em geodiversidade e biodiversidade, razão pela qual uma parte da Serra de Sicó está integrada na Rede Natura 2000.

A Serra de Sicó situa-se na região centro, distritos de Leiria e Coimbra e abrange os concelhos de Condeixa-a-Nova, Alvaiázere, Ansião, Soure, Penela e Pombal.

A Serra apresenta uma cota máxima de 553 m, é um exemplo de paisagem cársica, em que as rochas calcárias se encontram a descoberto ou a camada de solo é muito escassa e os vales são profundos e secos.

“A magreza e descontinuidade espacial dos solos e a generalizada falta de água à superfície começam por condicionar o coberto vegetal que apenas assume feição florestal em pequenos retalhos e quase sempre em consequência da existência, sobre os calcários, de coberturas gresosas de diferentes cronologias e significados genéticos. À parte as pequenas manchas florestais, em regra de pinheiro e eucalipto, mais raramente de carvalho cerquinho em associação com sobreiros e azinheiras, é o reino da pedra revestido de forma descontínua de formações arbustivas (em que o carrasco é a espécie mais representada) e herbáceas, com destaque para as odoríferas mediterrâneas que encontram na secura da superfície muita da justificação para a sua presença e abundância relativa.” (Sicó, Lúcio Cunha).

O Programa de Transformação da Paisagem (PTP), regido pela Resolução do Conselho de Ministros nº49/2020, de 24 de Junho, contempla um novo instrumento jurídico designado de “áreas integradas de gestão da paisagem” (AIGP), com a finalidade de promover a gestão e exploração comum dos espaços agrícolas e florestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio, com o objetivo de garantir uma maior resiliência ao fogo e melhorar os serviços de ecossistemas, promovendo a revitalização destes territórios e a adaptação às alterações climáticas.

O Decreto-Lei nº 28-A/2020 de 26 de junho, que estabelece o Regime Jurídico de reconversão da Paisagem (PJRP) através de programas de reordenamento e gestão da paisagem (PRGP) e das áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP). A AIGP SICÓ

(p139) foi constituída em 21 de dezembro de 2021, pelo Despacho nº12447-D/2021, publicado no Diário da República nº 245/2021, 3º Suplemento, Série II.

A AIGP SICÓ tem uma área de 1.058,1 ha, situa-se nas freguesias de Tapéus e União de Freguesias de Degraças e Pombalinho, no concelho de Soure. Está inserida na zona de intervenção florestal (ZIF) Soure-Sicó nº 148 e tem como entidade gestora a Saurium Florestal- Associação Pró Floresta do Concelho de Soure, já entidade gestora da ZIF Soure-Sicó.

A entidade gestora em consonância com os proprietários define as operações integradas de gestão da paisagem (OIGP) para as áreas da AIGP.

A. TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

O projeto de transformação e valorização da paisagem tem como finalidade definir um traçado exequível de ser aplicado nesta área, tendo em conta as suas características, valorizando as áreas na vertente paisagística, dando ênfase às espécies endógenas e na vertente económica, realçando e divulgando os produtos da região para uma escala maior.

a. PROJETO DA PAISAGEM FUTURA

a. Ocupação do solo atual (POSA)

A Serra de Sicó devido ao “processo cársico que conduziu à elaboração de formas e paisagens sui generis, hoje consideradas de elevado valor patrimonial, é um processo longo e complexo, responsável também pela magreza dos solos, pela secura da superfície calcária e, em última análise, por uma ocupação humana difícil que, ainda hoje, assenta na magra agricultura de sequeiro e numa pastorícia tradicional de muito fraca rentabilidade” (Sicó, Lúcio cunha).

Numa observação a olho nu, as áreas agrícolas cultivadas e as áreas florestais ordenadas situam-se junto às zonas habitacionais, até porque, é onde se encontram os terrenos mais planos e com menos afloramentos rochosos. Nas zonas mais elevadas podemos observar pequenos núcleos dispersos de eucalipto, pinheiro e carrascos, e em manchas mais pequenas, o carvalho-cerquinho.

Verifica-se que a vegetação de maior porte (arbórea e arbustiva) surge nas cotas mais baixas, a norte e oeste, nomeadamente carvalhos, carrascos, pinheiros e oliveiras.

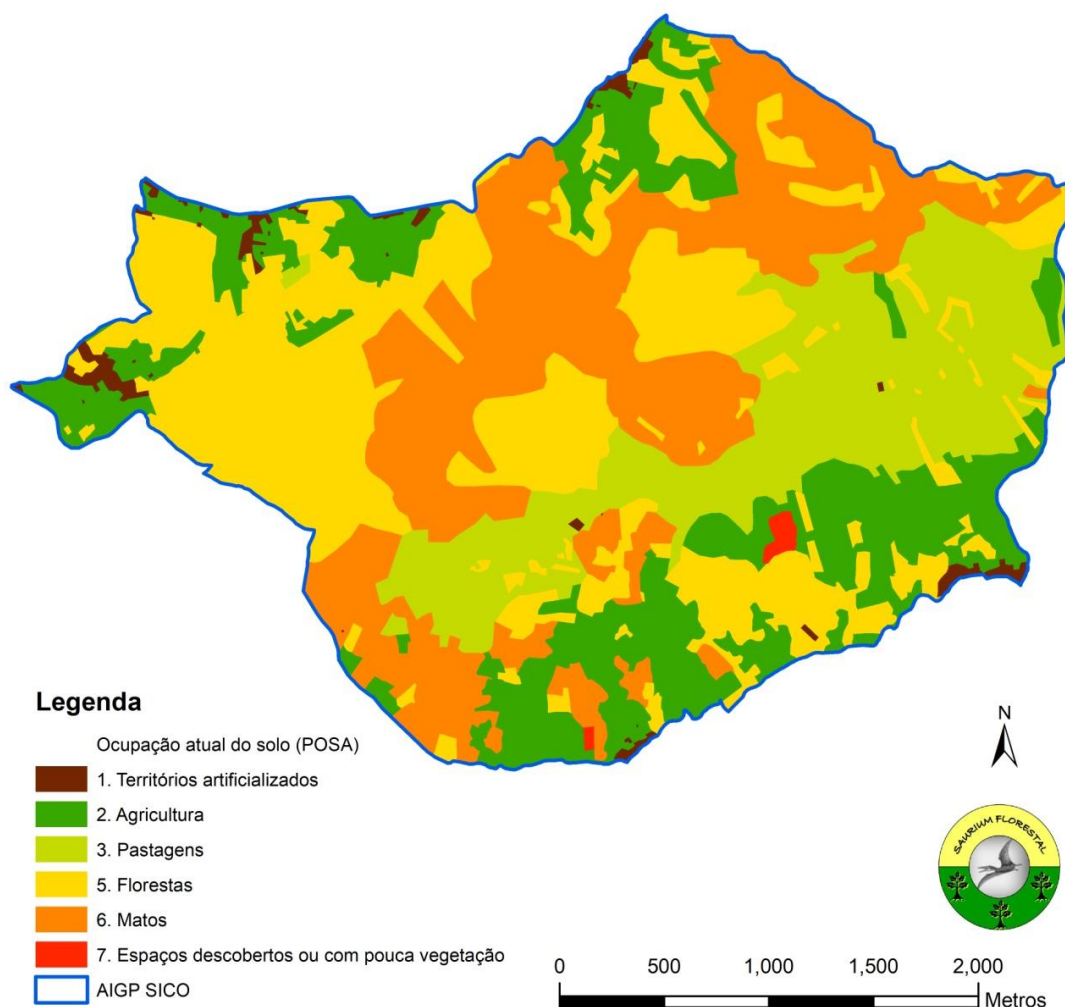
Nas cotas acima dos 300 m, onde emergem zonas de rocha nua, existe escassez de água e a vegetação arbustiva é mais escassa, surgem as pastagens espontâneas.

A área da AIGP SICÓ foi percorrida por um grande incêndio em setembro de 2016, o que trouxe grandes alterações na paisagem e não houve intervenções para a sua renovação/reordenamento, deixando que a regeneração natural domine e nalgumas zonas, a norte, é o carrasco que preenche a paisagem.

Em termos de área ocupada, o olival ocupa um claro lugar de destaque, principalmente na União de Freguesias de Degraças e Pombalinho. As pastagens espontâneas são outra ocupação do relevo, situando-se maioritariamente nos pontos mais altos (cume), em que podemos encontrar algumas ervas aromáticas, nomeadamente a erva de santa maria e o

alecrim. Devido aos incêndios e ao abandono as áreas de matos aumentaram, o contrário se verifica em relação ao pinheiro-bravo, uma redução.

OCUPAÇÃO DO SOLO	ÁREA (Ha)	%
Território artificializado	14	1
Agricultura	210	20
Pastagens	200	19
Floresta	333	32
Matos	298	28
Espaços descobertos	3	0
TOTAL	1058	100,00



A floresta de eucalipto foi outra das ocupações que aumentou para o dobro, de 2% para 4%, esta espécie quase não existia nas zonas de maior cota, nomeadamente na União de Freguesias das Degraças e Pombalinho, atualmente nota-se já alguma ocupação. No que se refere ao tecido edificado, a área mantém-se, cerca de 1%.

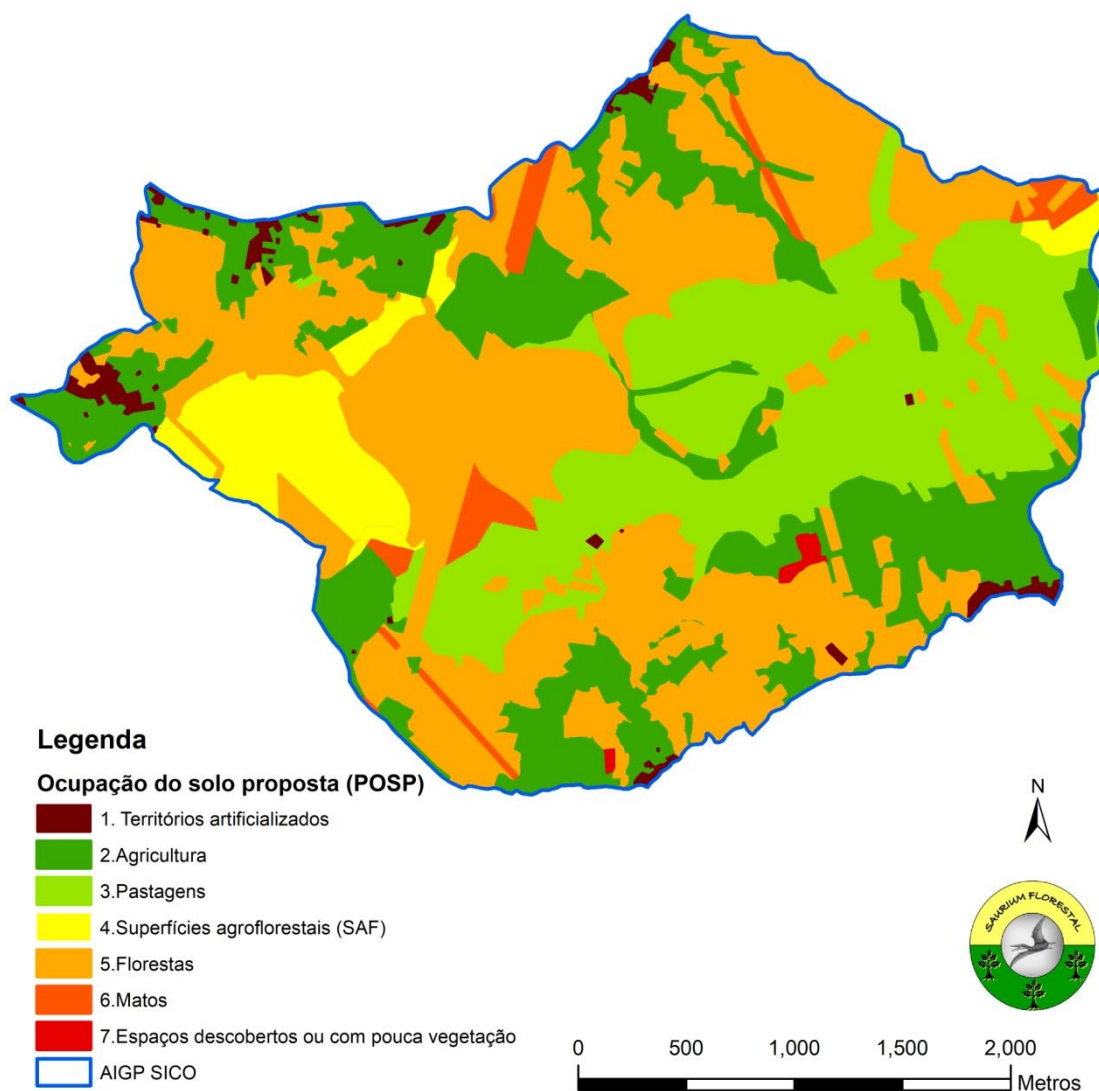
b. Ocupação do solo proposta (POSP)

A reorganização do espaço rural e da paisagem com base nas suas características é fulcral para um bom desenvolvimento da região, é um fator determinante para a economia, para o turismo, para o desenvolvimento local, para a melhoria da qualidade de vida da população e para a preservação e melhoria do ambiente.

Para a definição de um correto reordenamento da paisagem é necessário ter em atenção aos fatores abióticos e bióticos. Neste estudo foram utilizadas as seguintes variáveis, no que se refere ao clima, a temperatura, a precipitação, o vento, e a humidade, na morfologia temos a hipsometria, declive, exposição, linhas de água e linhas de fecho e talvegues, e também os solos são outro fator importante, nomeadamente litologia e geomorfologia. Os fatores bióticos a ter em atenção é a fauna e flora. Outro agente a ter em conta é o histórico dos incêndios na área em estudo, tendo em conta a alteração da paisagem a forma como tem evoluído.

OCUPAÇÃO DO SOLO PROPOSTA	ÁREA (Ha)	%
Território artificializado	14	1
Agricultura	252	24
Pastagens	264	25
SAF	72	7
Floresta	429	41
Matos	24	2
Espaços descobertos	3	0
TOTAL	1058	100,00

Este projeto propõe uma redução das áreas de mato, o aumento da agricultura, nomeadamente a renovação dos olivais, melhoramento das pastagens, e aumento das áreas florestais com a introdução de novas espécies, como o sobreiro nas encostas a sul, o medronheiro a oeste a zonas de vale e o pinheiro-manso nas zonas mais planas a norte. Pretende-se também voltar a aumentar a área de pinheiro-bravo, que nos últimos anos foi desaparecendo.



Estruturas da Paisagem:

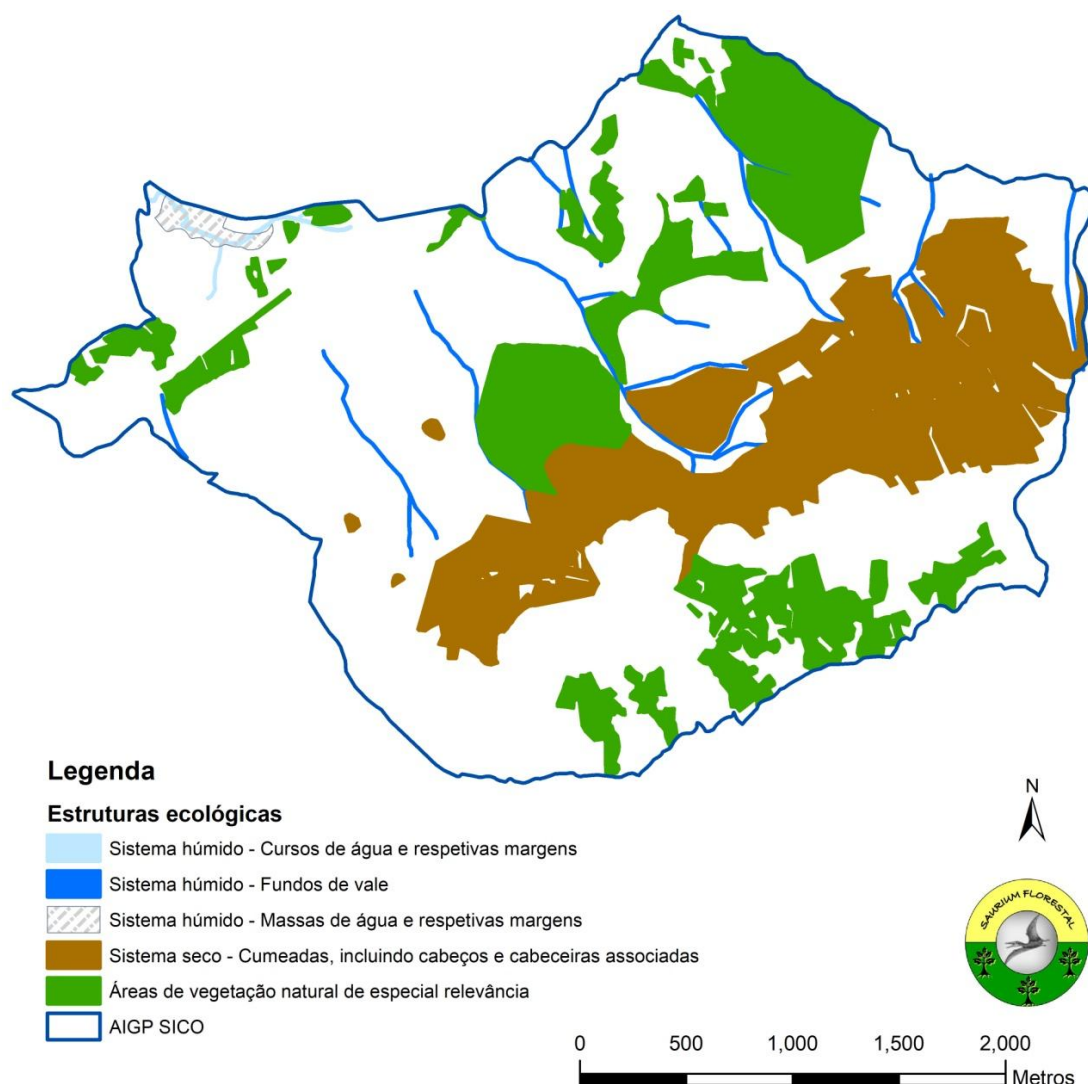
- **Estrutura ecológica:** assegura o funcionamento ecológico da paisagem e a conservação dos recursos naturais. Segundo o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, a estrutura ecológica são recursos territoriais e segundo o artigo 14.º do mesmo Decreto-Lei vêm identificados:

1 - Os instrumentos de gestão territorial identificam as áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica.

2 - O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, os planos regionais, os planos intermunicipais de ordenamento do território e os planos sectoriais relevantes definirão os princípios, as directrizes e as medidas que concretizam as orientações políticas relativas às áreas de protecção e valorização ambiental que garantem a salvaguarda dos ecossistemas e a intensificação dos processos biofísicos.

3 - Os planos municipais de ordenamento do território estabelecerão, no quadro definido pelos instrumentos de gestão territorial cuja eficácia condicione o respectivo conteúdo, os parâmetros de ocupação e de utilização do solo assegurando a compatibilização das funções de protecção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações.

Nesta estrutura incluímos: **sistema húmido**, cursos de água e respectivas margens, fundos de vales; e **sistema seco**, cumeadas com cabeços e cabeceiras associadas; e áreas de vegetação natural de especial relevância para a conservação da natureza, assim como, zonas de carvalho-português.



- **Estrutura de resiliência** aos fogos rurais: que garante a criação de descontinuidades na paisagem e de redução da velocidade e intensidade dos fogos.

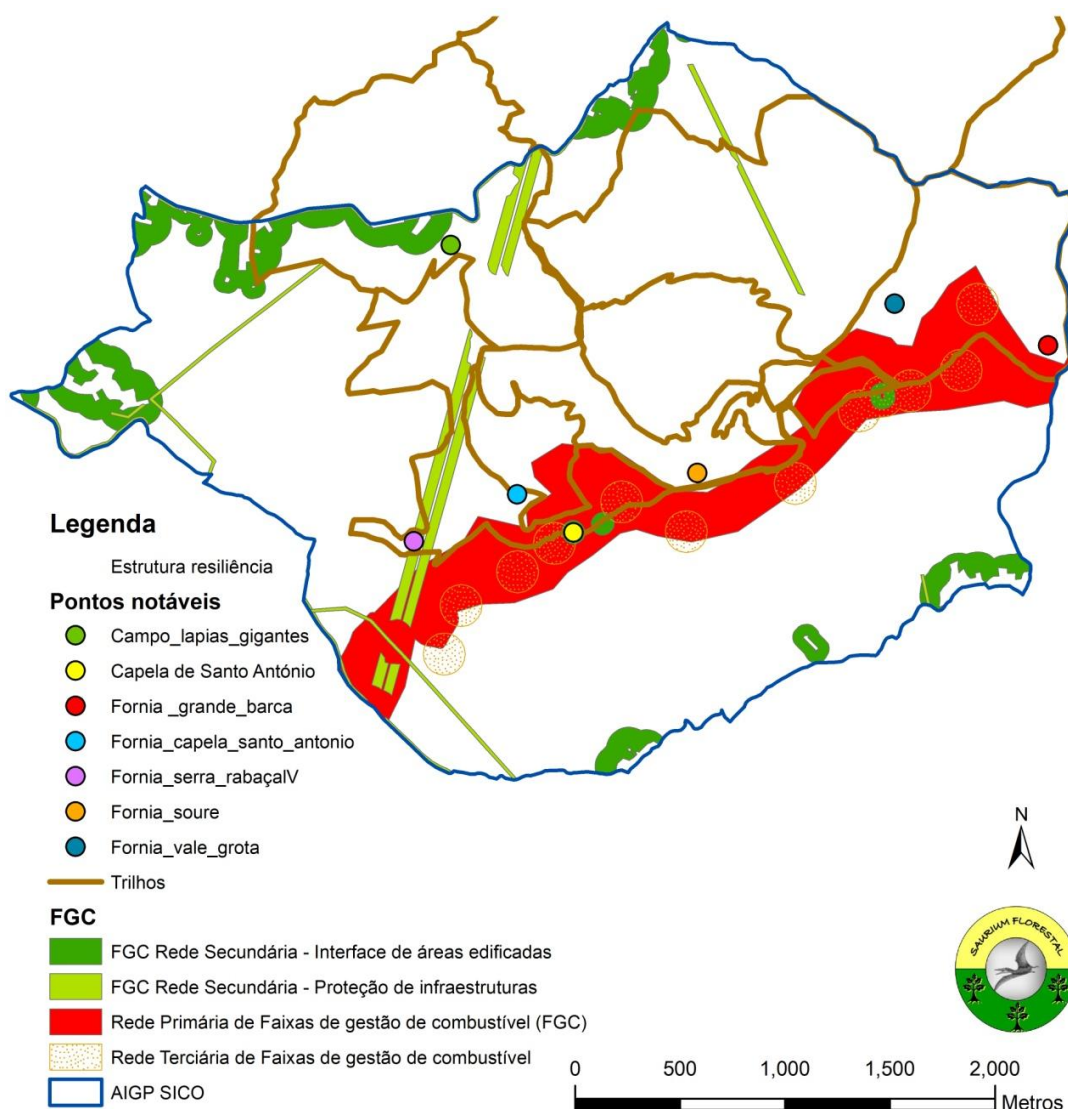
Nesta estrutura foi incluído a rede primária de faixas de gestão de combustível, que se situa na zona de cumeada, rede secundária: faixas de gestão de combustível às linhas de energia elétrica, aos aglomerados, aos edifícios isolados e à rede viária; e também a rede terciária, faixas de gestão de combustível às eólicas.

O ordenamento proposto prevê a instalação de zonas agrícolas, olival e medronheiro, nos vales para criar descontinuidade, limpeza das zonas percorridas por incêndio e abandonadas e recuperação dos olivais e conversão das zonas de matos por agricultura, floresta e silvo pastorícia. As áreas de pastagem serão pastoreadas por rebanhos para um controlo da vegetação e redução da carga de combustível.

As faixas de gestão de combustível ao aglomerado serão reordenadas, nas zonas de regeneração natural serão realizadas ações de desbaste e desramação, nomeadamente nas zonas de carvalhos e pinheiro-bravo. As FGC nas linhas de transporte de energia e de rede viária serão mantidas, deixando a sua gestão a cargo da entidade responsável.

Elementos estruturais:

- **Pontos notáveis:** são preservados, tratando-se de fórnia e um campo de lapíás.
- **Muros:** as propriedades são maioritariamente delimitadas por muros de pedra, que são característicos desta serra e serão preservados. Os muros irão restringir as ações a realizar, nomeadamente o uso de máquinas e alfaia de médio e grande porte, a sua preservação implica que as ações a efetuar nessas áreas sejam maioritariamente manuais.
- **Socalcos:** os patamares existentes são naturais, serão preservados evitando o aumento da erosão.



c. Matriz de transformação da paisagem

A área da AIGP está classificada como perigosidade de incêndio muito alta nas zonas de maior declive e vales profundos, nas zonas de encosta a perigosidade de incêndio é alta, nas zonas a sul a perigosidade de incêndio é média e uma pequena percentagem muito baixa, a norte a perigosidade também apresenta uma perigosidade média. Pretende-se delinear uma estratégia que torne este espaços mais resistentes e menos vulneráveis aos incêndios tendo em atenção o histórico dos incêndios ocorridos, as características da área, o tipo de agricultura praticado, incentivando a uma agricultura ativa, uma floresta bem gerida e a um setor primário que crie mais riqueza e que seja um estímulo para a população residente.

O reordenamento proposto reduz a área que foi de pinheiro-bravo antes do incêndio e do aparecimento do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP). Propõe também uma renovação através da instalação de novos povoamentos de pinheiro-bravo. A matriz gerada, reconverte também grande parte das áreas de matos, aumenta as áreas de olival, de pastagem e de quercíneas.

MATRIZ DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

OCUPAÇÃO ATUAL (COS2018)	ATUAL (POSA)		PROPOSTA (POSP)	
	ha	%	Há	%
1.1.1.2 Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	4	0.4	4	0.4
1.1.2.1 Tecido edificado descontínuo	10	1.0	10	1.0
2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	11	1.1	15	1.4
2.2.1.1 Vinhas	3	0.2	2	0.2
2.2.3.1 Olivais	153	14.7	180	17.2
2.3.1.3 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas asso. olival	10	0.9	25	2.4
2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	26	2.5	26	2.5
2.3.3.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	3	0.3	2	0.2
3.1.1.1 Pastagens melhoradas	0	0.0	61	5.8
3.1.2.1 Pastagens espontâneas	200	19.2	194	18.6
4.1.1.5 SAF de outras espécies	0	0.0	72	6.9
5.1.1.1 Florestas de sobreiro	0	0.0	69	6.6
5.1.1.3 Florestas de outros carvalhos	64	6.1	95	9.1
5.1.1.5 Florestas de eucalipto	56	5.4	56	5.4
5.1.1.7 Florestas de outras folhosas	6	0.6	63	6.0
5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo	197	18.9	119	11.4
5.1.2.2 Florestas de pinheiro manso	0	0.0	22	2.1
5.1.2.3 Florestas de outras resinosas	2	0.2	2	0.2
6.1.1.1 Matos	296	28.4	24	2.3
7.1.3.1 Vegetação esparsa	3	0.3	3	0.3
TOTAL	1043	100.00	1043	100.00

O reordenamento em causa pretende também beneficiar outras atividades já associadas ao mundo rural e que são realizadas nesta área, nomeadamente a apicultura, a pastorícia, a cinegética, o turismo e os desportos de natureza, um dos nossos objetivos é impulsionar as duas primeiras atividades.

b. FUNDAMENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES ADOTADAS NA PROPOSTA

A1. Situação atual do território

a. Localização e enquadramento

A AIGP SICÓ localiza-se na região centro, sub-região de Coimbra, no Concelho de Soure, nas freguesias de Tapéus e União de Freguesias de Degraças e Pombalinho. Soure está delimitado a norte pelo concelho de Montemor-o-Velho, a este pelos concelhos de Condeixa-a-Nova e Penela, a sul pelos concelhos de Pombal e Ansião e a oeste pelo concelho de Figueira da Foz.

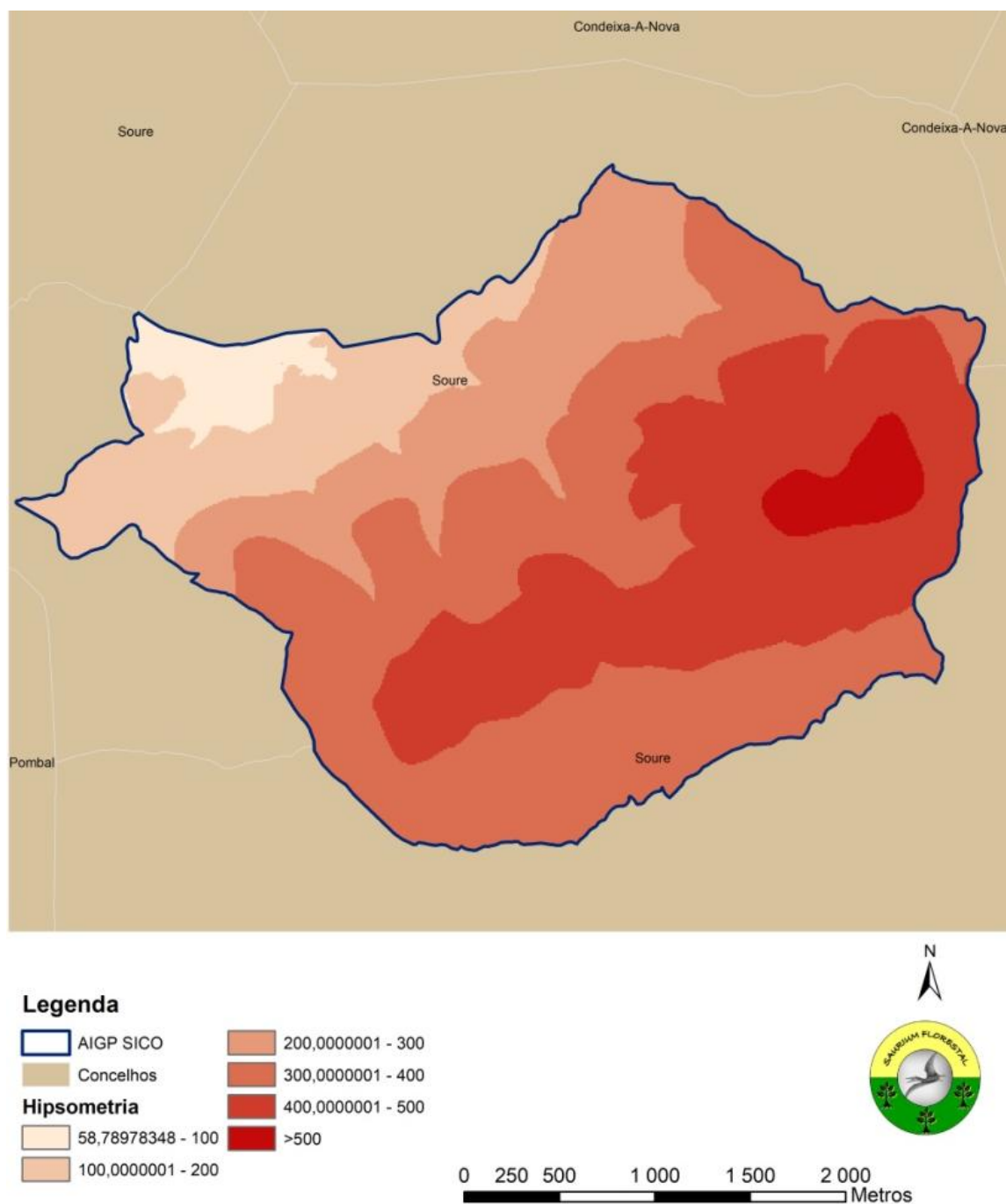
Relativamente à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), o concelho encontra-se inserido na região NUTS de nível II do Centro e na região NUTS de nível III da Região de Coimbra.

Quanto aos acessos, a AIGP SICÓ está muito bem situada, é delimitada pela EN348 a oeste, EM610 e EM1122 a norte, a sul EM1126 que dá acesso à EM563, esta passa dentro da povoação das Degraças em direção a Pombalinho. Na direção noroeste, a pouco mais de 1 km encontramos a IC2 que comunica diretamente com a EN 348 e EM 610. Paralela à IC2 um pouco mais para noroeste encontra-se a A1.

Esta AIGP localiza-se em área serrana, mas está muito próximo do mar, em linha reta a menos de 30 km, a 15 km da cidade de Pombal e a 20 km da cidade de Coimbra, com acessos de boa qualidade.

b. Características biofísicas e edafoclimáticas

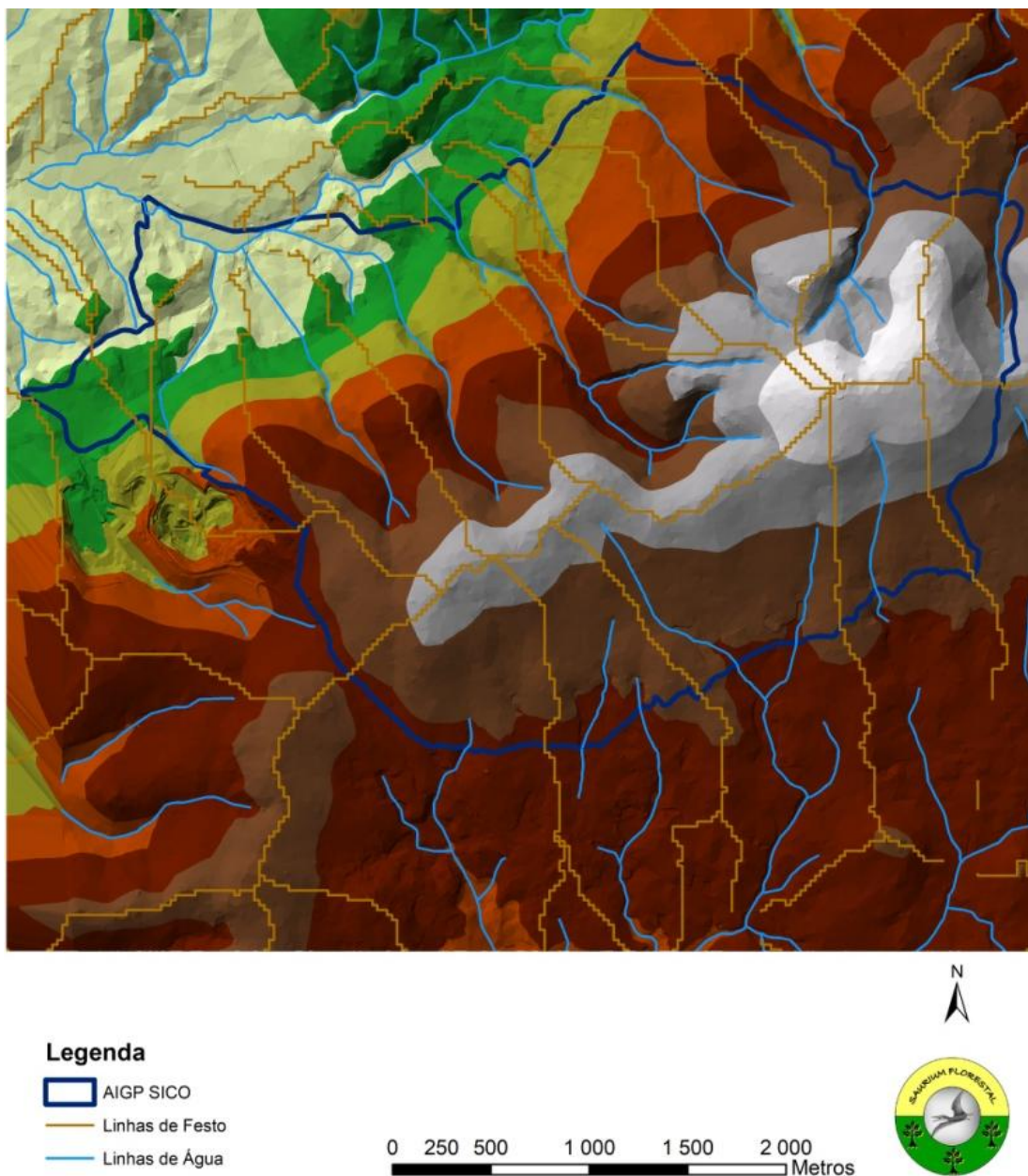
- **Hipsometria:** para a caracterização da hipsometria a informação altimétrica disponível foi hierarquizada de modo a permitir o estabelecimento de patamares de 100 em 100 m. Ao observarmos o mapa concluímos que a altitude entre os 300 m e 400 m é a que abrange uma maior percentagem da área. Até à cota 100 apenas está inserido 4% da área, terrenos com ocupação agrícola, apenas 11% da área está situado entre as cotas 100 e 200 m, 16% entre as cotas 200 e 300 m, da 300 à 400 m 38 % e acima dos 400 m a área é de 32%. As áreas situadas nas cotas acima dos 300 m apresentam maior pedregosidade e maior percentagem de afloramentos rochosos. A cota acima dos 400 m apresenta maioritariamente vegetação herbácea, domina as pastagens e as espécies arbustivas e arbóreas tem um fraco desenvolvimento.



- **Linhas de festo:** linhas de cumeada, “corresponde à linha imaginária mais ou menos contínua, que une os pontos de cota mais alta coincidindo com a linha divisor do escoamento das águas para vertentes opostas. Pelo contrário, a linha de talvegue, une os pontos de cota mais baixa, efetuando por isso a drenagem natural das águas. As duas estruturas ramificadas entrelaçam-se entre si, de tal forma, que cada linha de festo fica

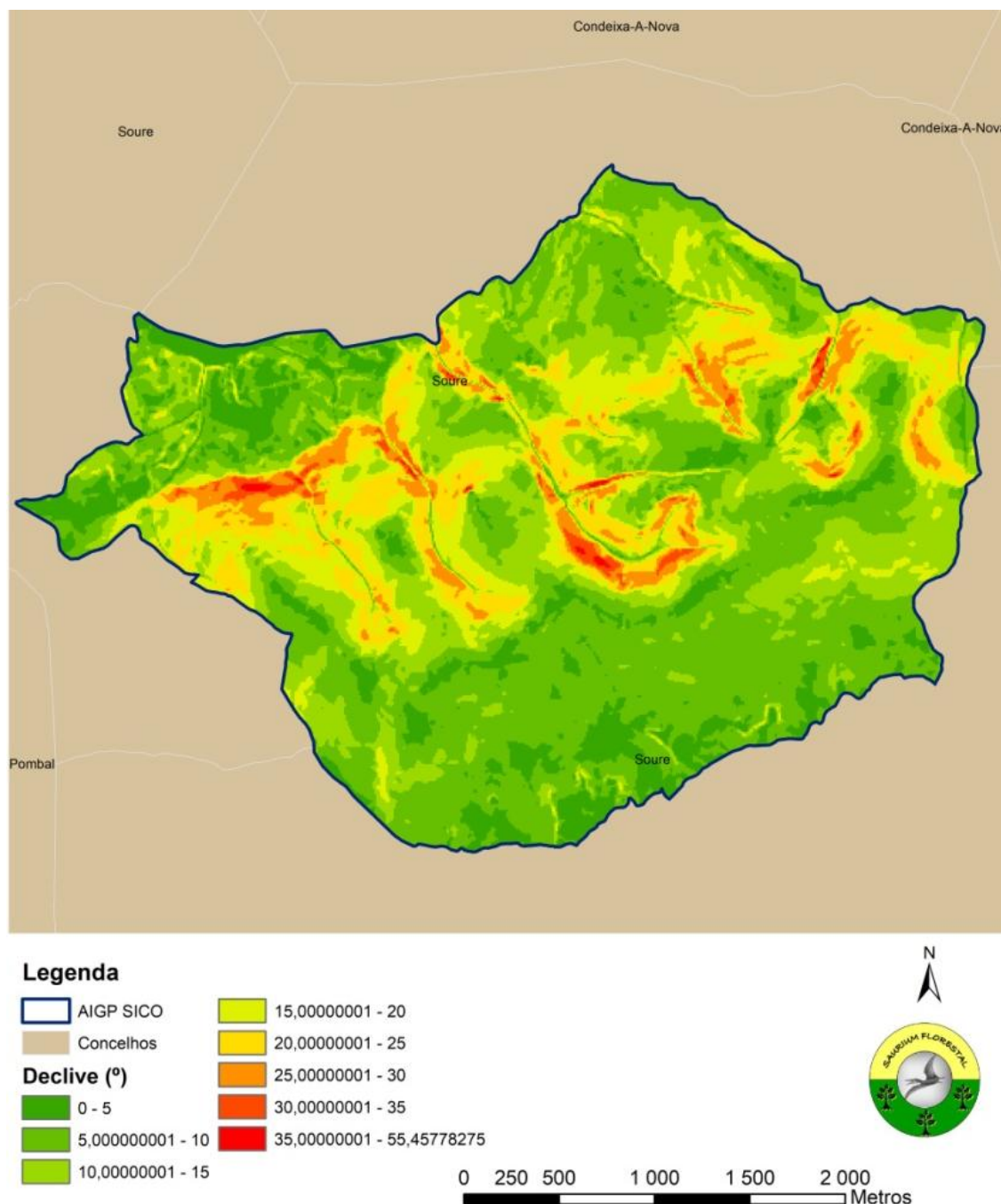
sempre entre duas linhas de talvegue e cada linha de talvegue fica sempre entre duas linhas de festo” (Guerreiro, Maria Rosalia P.- “O território e a edificação – o papel do suporte físico natural na génese e formação da cidade portuguesa”, ISCTE, Lisboa 2001).

No mapa abaixo estão visíveis as linhas de festo, para termos uma melhor perceção do perfil do terreno, verificamos que é uma zona de serra e as linhas de água apresentadas no mapa abaixo, não estão visíveis, apenas nos dão uma perceção dos vales existentes, mas nenhuma delas tem caudal, nem de verão nem de inverno.

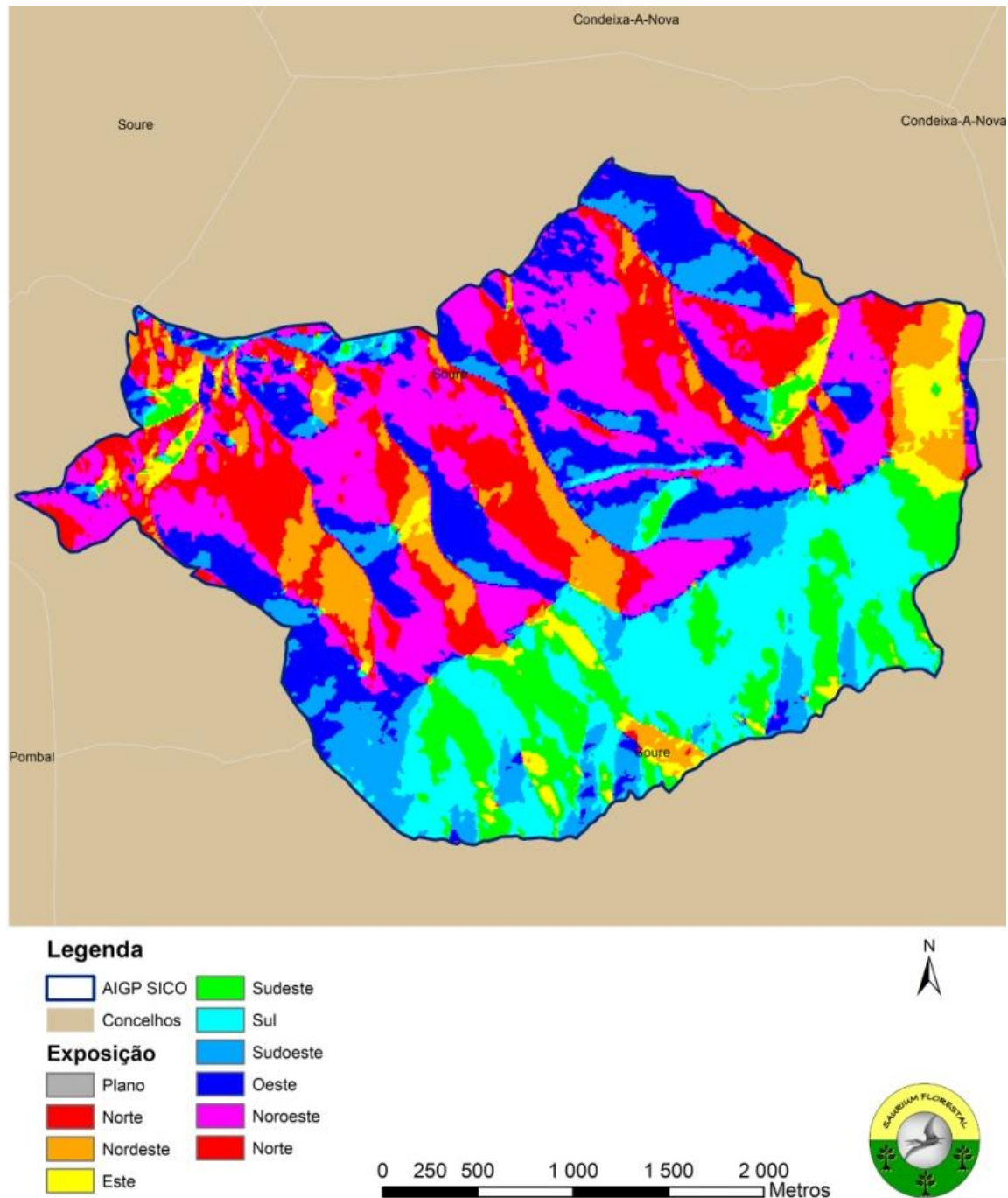


- **Declive:** No que se refere ao declive, foram criadas 8 classes conforme figura abaixo, caracterizando-se maioritariamente por zonas planas (0° – 10°) a norte e sul, apresenta declives mais acentuados (10° – 15°) a este e oeste, tendo pontualmente zonas mais acentuadas com declives superiores a 20° na encosta virada a norte.

Nas encostas com declives superiores a 20° verifica-se que existe uma menor diversidade de espécies, a vegetação é mais escassa e de menor porte.

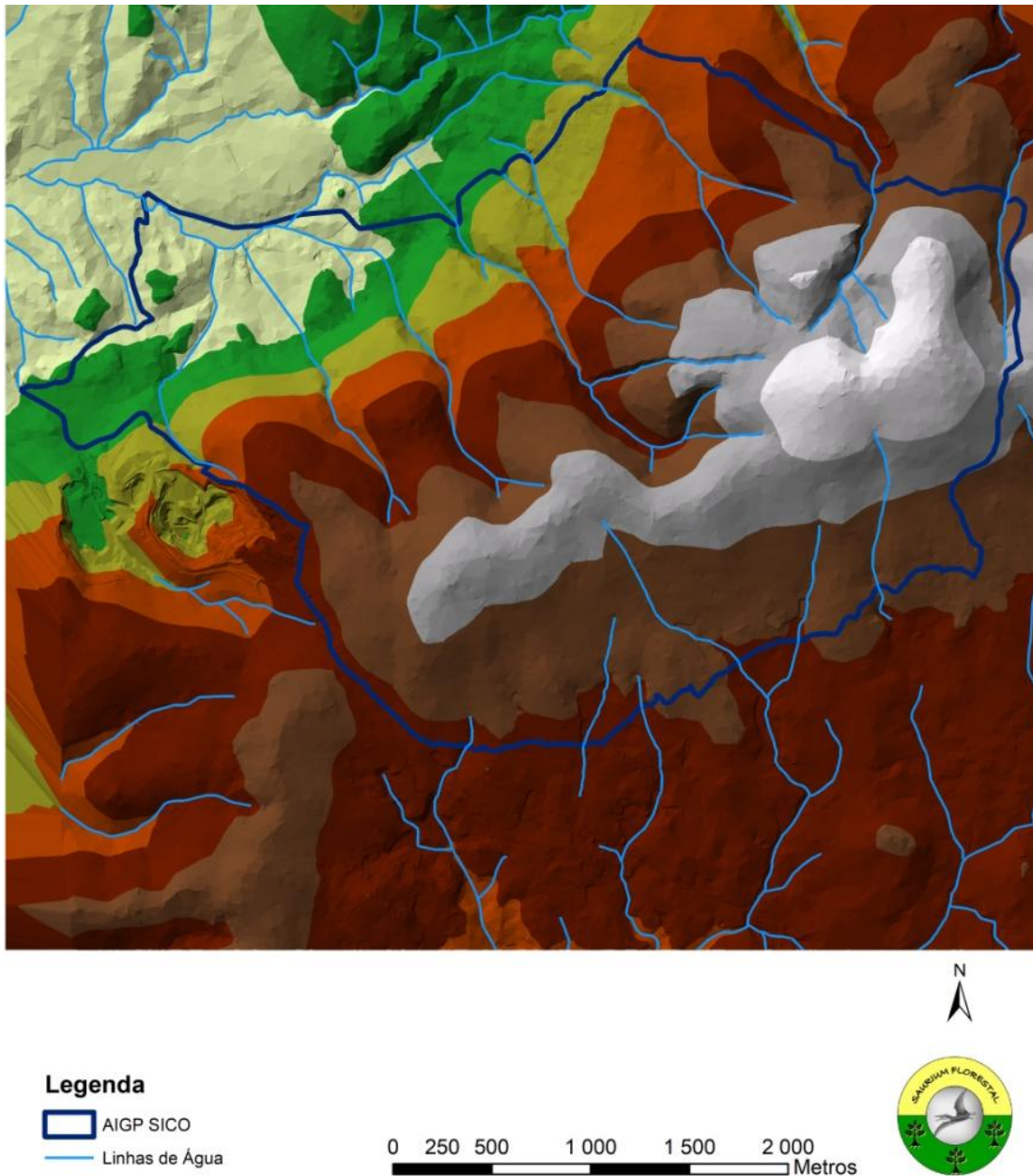


- **Exposição:** Optou-se por 9 parâmetros, plana, norte, nordeste, este, sudeste, sul, sudoeste, oeste e Noroeste, de forma a conseguir melhor visualizar o tipo de exposição que predomina em cada uma das zonas. Na zona das Degracias a exposição é predominantemente a sul e sudeste, nas encostas de Tapéus predomina as exposições a noroeste e a norte. A oeste e sudoeste também tem grande expressão principalmente na localidade de Casal Cimeiro e no início das Degracias, para quem entra pelo lado oeste.



- **Recursos hídricos:** A área em estudo apresenta zonas muito áridas, apenas com vegetação rasteira, como os prados de sequeiro. Não há presença de nenhuma linha de água permanente, são temporárias e pouco expressivas.

Esta zona é calcária, cársica, a água das chuvas circula em cavidades e desaparece com muita facilidade, não permanecendo no solo. Embora o nosso relevo seja muito acidentado, as nossas encostas são muito secas e os vales acumulam poucas reservas de água, são vales sem água e com uma camada solo arável muito reduzida.



- **Tipo de solo:** caracteriza-se por Luvissoles Rodocrómicos Cálcicos, com uma grande percentagem de afloramento rochosos. Esta área apresenta uma maior percentagem de solos Mólicos e Argiluvitados Pouco Insaturados, aparecem também solos Litólicos e Podzolizados.

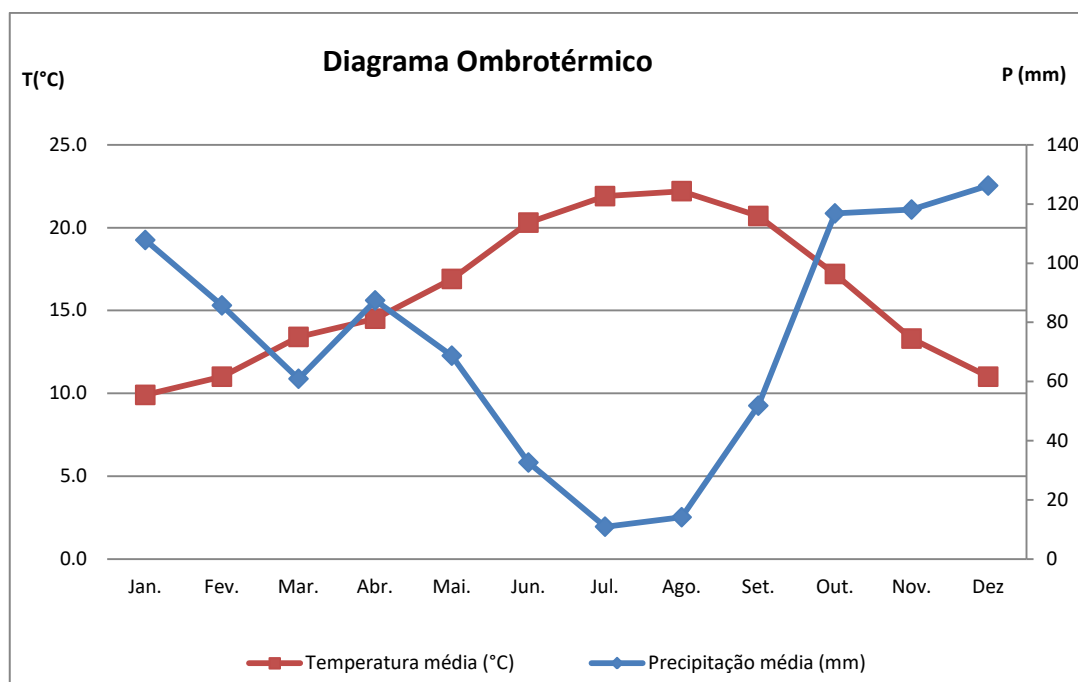
Nesta zona encontram-se formações litológicas do tipo calcário, calcários dolomíticos, calcários margosos e margas e também em menor percentagem, entre as povoações de Carvalhal e Tapéus, formações litológicas do tipo arenitos, conglomerados, calcários, calcários dolomíticos, calcários margosos, margas.

- **Clima:** O clima assume um papel fundamental, uma vez que influência o desenvolvimento das espécies existentes ou das espécies que futuramente se venham a instalar. Em Portugal o clima é fortemente influenciado pela latitude, a orografia e a proximidade do Oceano Atlântico.

O clima predominante é o Clima Temperado Mediterrânico com influência marítima, onde apresenta temperaturas medias anuais moderadas, com verão seco e pouco quente e um inverno suave; a precipitação é reduzida e irregular ocorrendo principalmente no Outono e Inverno; e amplitudes térmicas anuais moderadas.

- **Temperatura e precipitação:** na preparação do diagrama Ombrotérmico recorreram-se aos dados da precipitação e temperatura médias mensais entre 1981-2010 das Normais Climatológicas, retirados do Portal do IPMA, para a Região de Coimbra, estação de Bencanta nº107, Latitude: 40.2134N; Longitude: 8.4552W; Altitude: 26.6 m.

Após análise, verifica-se que durante o ano os níveis mais elevados de precipitação são nos meses de janeiro, outubro, novembro e dezembro, os meses mais secos é em julho e agosto com respetivamente uma média de 10,9 mm e 14,1 mm e o valor mais elevado em dezembro com 126,2 mm.

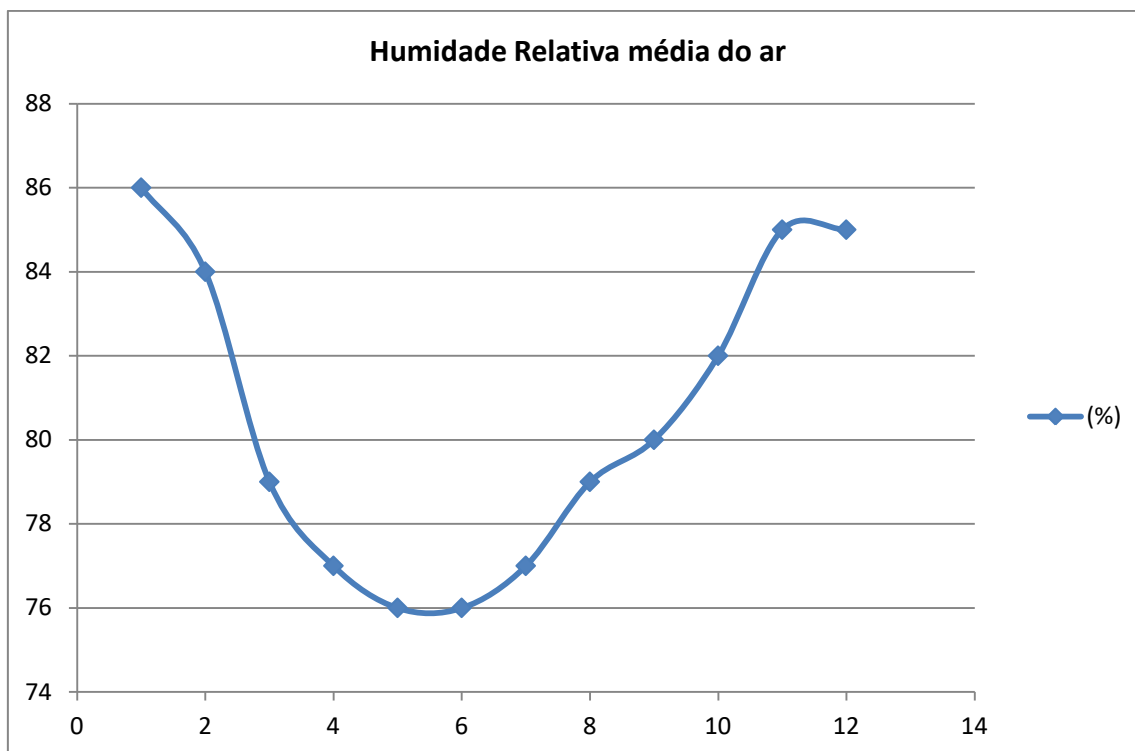


A temperatura caracteriza-se na época de verão por temperaturas amenas, sendo a temperatura média em agosto de 22,2°C, o inverno caracteriza-se por temperaturas mais baixas relativamente ao verão, sendo o mês de janeiro o que apresenta uma temperatura média mais baixa, de 9,9°C.

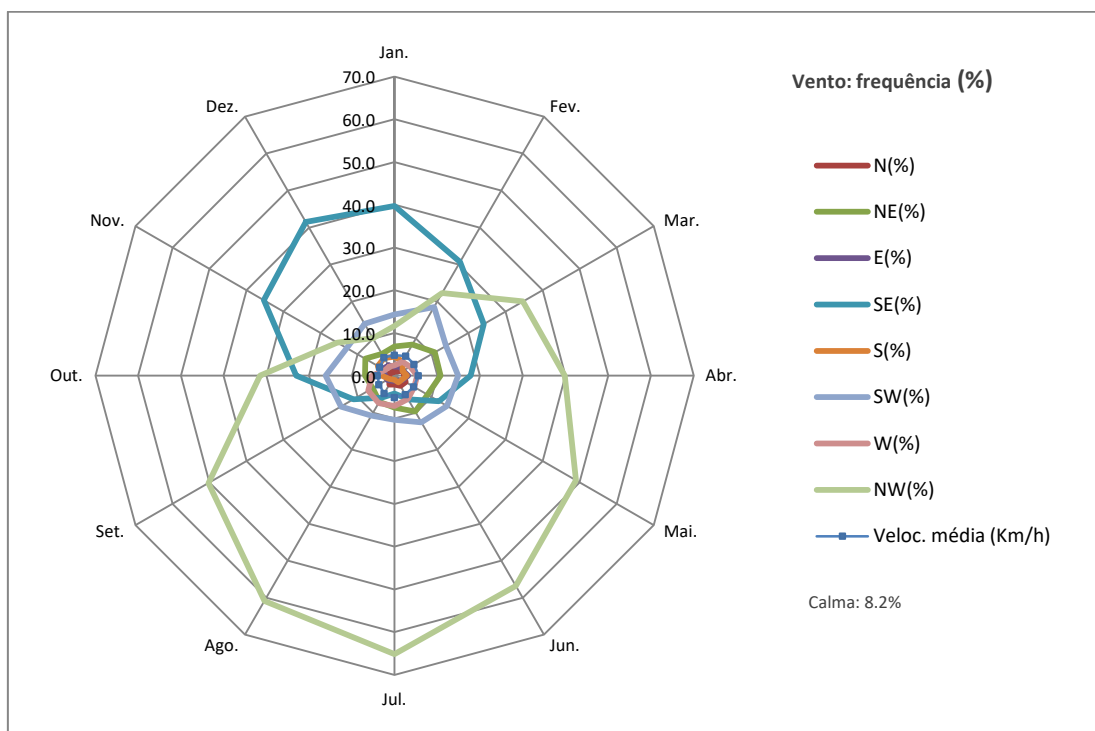
O concelho de Soure insere-se numa região de clima temperado marítimo, dado a influência dos ventos de Oeste no verão e da frente polar marítima no inverno.

- **Humidade Relativa do ar e vento:** para fazer a caracterização da humidade relativa do ar e do vento foram utilizados os dados de 1971-2000 das Normais Climatológicas, do Instituto de Meteorologia I.P. Portugal, para a Região de Coimbra, estação de Bencanta nº107, Latitude: 40.2134N; Longitude: 8.4552W; Altitude: 26.6 m.

Esta zona apresenta uma humidade relativa do ar média superior a 75%, o mês de janeiro é o que apresenta uma maior percentagem de humidade, com 86%.



No que se refere ao vento, verifica-se que os ventos dominantes são provenientes do quadrante noroeste, os ventos de noroeste e tem uma maior frequência entre maio e setembro, e no inverno (dezembro e janeiro) os ventos com maior frequência são os de sudeste.



- **Geadas:** os registos de geada são claramente influenciados pela orografia e exposição solar, estimando-se 5 a 10 dias/anuais de geada, informação retirada do Atlas do Ambiente. Segundo a “Ficha Climatológica 1971-2000” ocorreu 18,7 dias de geada por ano. Os registos médios anuais de dias com granizo são de 2 dias /ano.

c. Ocupação do solo

No que se refere à ocupação do solo, atendendo às características locais, declive, exposição e altitude, assim como o tipo de solo, as áreas nas zonas mais planas, junto aos aglomerados populacionais são agrícolas, agricultura de subsistência. Nas zonas de transição, com inclinações suaves encontram-se as áreas de floresta, eucaliptais, pinhais e quercíneas. Nas zonas de maior declive encontram-se os matos, nomeadamente carrascos, zambujo e pastagens.

O olival é uma cultura dominante nesta zona, sendo a variedade mais utilizada a galega, era enxertada em zambujo para ter maior resistência, o solo é delgado e seco, cultiva-se entre as pedras, necessitando de muita mão-de-obra manual, uma vez que as máquinas não têm acesso, ao longo dos anos esta cultura tem sido abandonada. O incêndio de 2016 percorreu esta zona, deixando esta cultura em abandono e regenerando apenas o zambujo.

As pastagens continuam a ser uma cultura importante para os pequenos rebanhos que existem na zona, sendo esta uma fonte de rendimento para a geração sénior residente, nomeadamente a venda de animais e leite para o fabrico de queijo do Rabaçal DOP.

Apicultura associada às ervas aromáticas é outra atividade explorada nesta região, e também as ervas aromáticas, nomeadamente a erva de santa maria e os orégãos é muito utilizada para consumos culinários.

Medronho ainda não está muito difundido nesta região mas já se pode encontrar alguns produtores que aproveitam o fruto para produzir aguardente de medronho artesanal.

- Flora existente:

Nome Comum	Nome Científico
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.
Azinheira	<i>Quercus rotundifolia</i> Lam.

Carrasco	<i>Quercus coccifera</i> L.
Carvalho-português	<i>Quercus faginea</i> Lam.
Dedaleira	<i>Digitalis purpurea</i> L.
Erva-de-santa-maria	<i>Thymus zygis</i> L. supsp <i>sylvestris</i>
Erva-de-são-roberto	<i>Geranium robertianum</i> L.
Freixo	<i>Fraxinus angustifolia</i> Vahl.
Gilbardeira	<i>Ruscus aculeatus</i> L.
Hiperiço	<i>Hypericum perforatum</i> L.
Loureiro	<i>Laurus nobilis</i> (L.)
Madressilva	<i>Lonicera implexa</i> Aiton.
Medronheiro	<i>Arbutus unedo</i> L.
Oliveira	<i>Olea europaea</i> L. var. <i>europaea</i>
Pinheiro-bravo	<i>Pinus pinaster</i> Aiton
Rosa-albardeira	<i>Paeonia broteroi</i> Boiss.&Reuter
Roselha-grande	<i>Cistus albidus</i> (L.)
Rosmaninho	<i>Lavandula luisieri</i> (Rozeira)Rivas-Martínez
Salgueiro	<i>Salix atrocinerea</i> Brot.
Sobreiro	<i>Quercus suber</i> L.
Urze	<i>Calluna vulgaris</i> (L.) Hull
Zambujeiro	<i>Olea europaea</i> L. var. <i>Sylvestris</i> (Miller) Lehr

Na cumeada, na zona da capela de Santo António, existem uma planta do género *Phagnalon*, que as pessoas das aldeias próximas têm como tradição, no dia da romaria, apanhar e levar para casa para guardarem até ao ano seguinte.

A Serra de Sicó é também muito rica em recursos faunísticos como se pode verificar pela diversidade de espécies exibidas na tabela abaixo. Nos animais de maior porte, destaca-se o

javali, cuja população tem aumentado muito nos últimos anos. O coelho-bravo e a raposa são outras espécies que começam a ser vistas com mais frequência nesta zona.

Esta região calcária é conhecida pelas suas cavernas, importantes abrigos para os morcegos que encontram aqui o seu refúgio para a época de maternidade e hibernação.

- Fauna existente:

Aves

Nome Comum	Nome Científico
Águia-cobreira	<i>Circetus gallicus</i>
Águia-de-asa-redonda	<i>Buteo buteo</i>
Bufo-real	<i>Bubo bubo</i>
Milhafre-preto	<i>Milvus migrans</i>
Gralha	<i>Corvus corone</i>
Peneireiro-comum	<i>Falco tinnunculus</i>
Perdiz-vermelha	<i>Alectoris rufa</i>
Poupa	<i>Upupa epops</i>

Mamíferos

Nome Comum	Nome Científico
Geneta	<i>Genetta genetta</i>
Javali	<i>Sus scrofa</i>
Morcego-d'água	<i>Myotis daubentonii</i>
Morcego-de-ferradura-grande	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>
Raposa	<i>Vulpes vulpes</i>
Coelho-bravo	<i>Oryctolagus cuniculus</i>

Anfíbios

Nome Comum	Nome Científico
Rã-verde	<i>Rana perezi</i>
Salamandra-comum	<i>Salamandra salamandra</i>

Sapo-comum	<i>Bufo bufo</i>
Tritão-marmorado	<i>Triturus marmoratus</i>

Reptil

Nome Comum	Nome Científico
Cobra-rateira	<i>Malpolon monspessulanus</i>
Lagartixa-do-mato	<i>Psammodromus algirus</i>
Osga-comum	<i>Tarentola mauritanica</i>

Nas zonas de bosques de carvalho onde encontramos árvores mais velhas, com cavidades naturais, que têm elevada importância para muitas espécies que dependem deste tipo de cavidades para se reproduzir ou proteger. Para além dos carvalhos encontramos também orquídeas selvagens que dão beleza à serra e são muito procuradas pelos turistas.

A fauna e a flora estão interligadas, as grandes áreas de carrasco tornam-se um refúgio para muitos animais, principalmente os de grande porte, como o Javali.

d. Áreas edificadas e infraestruturas

O mapa abaixo mostra-nos a área social da zona da AIGP, nomeadamente os aglomerados, situam-se nos limites a norte e a sul da AIGP, os edifícios isolados, a área prevista para expansão da pedreira, o parque eólico e os caminhos existentes.

Os caminhos que se encontram fora das povoações são de terra batida e alguns a precisar de ser beneficiados, de forma a permitir a passagem de viaturas. Existem caminhos que são delimitados por muros e tornam-se muito estreitos, por vezes não permitem a passagem de carros dos bombeiros para situações de emergência.



O parque eólico das Degracias é constituído por 11 aerogeradores, situam-se na zona de cume, nas cotas mais altas. Este parque beneficia de bons acessos que foram construídos ou melhorados aquando a criação do parque.

As estruturas empresariais existentes nesta área são: um redil a sul, uma pedreira a oeste, a norte encontram uma indústria cerâmica e um café/mini-mercado. Na freguesia de Tapéus encontramos também um parque de merendas “Fonte Velha” que se situa a cerca de 200 m do edifício da junta de freguesia.

e. Elementos patrimoniais e culturais

- Pontos de interesse:

Alojamento local existe “Casal do Moura” na localidade de Casal Cimeiro.

Do ponto de vista religioso encontramos a capela de Casal Cimeiro, a Capela do Carvalho e a Capela de Sto António.

No que se refere às coletividades locais de índice social e cultural encontramos:

- ADESTA- Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e desportiva de Freguesia de Tapéus-IPSS;
- Rancho Foclórico de Tapéus;
- Grupo Desportivo de Tapéus- ADESTA;
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Carvalho.

Pontos Notáveis da Paisagem:

- **Fórnia da Serra do Rabaçal I- A “grande barca”:** constitui a “cabeceira” de um amplo vale, com desenvolvimento sul/norte. Esta fórnia constitui um anfiteatro amplo e o vale que se desenvolve para nordeste é uma grande depressão natural de formas suavizadas pela brandura dos calcários margosos do Toarciano (Jurássico Inferior). Coordenadas geográficas: Latitude 40°01’50.83’’N; Longitude 8°29’46.03’’W.

- **Fórnia da Serra do Rabaçal II- Vale da Grota:** insere-se morfologicamente na vertente Norte da serra, “biselando” sub verticalmente os calcários puros do Dogger num grande anfiteatro de duplo “leque”. Coordenadas geográficas: Latitude 40°01’57.20’’N; Longitude 8°30’16.93’’W.

- **Fórnia da Serra do Rabaçal III- Soure:** é o mais amplo anfiteatro entre todas as existentes nesta serra. Apresenta pequenas exurgências basais que entram em atividade hidrológica significativa quando a pluviosidade é intensa e duradoura. O curso de água que resulta destas nascentes cársticas, acaba por desaparecer por infiltração através da massa calcária, ao longo do vale de fratura. Coordenadas geográficas: Latitude 40°01’30.93’’N; Longitude 8°30’56.44’’W.

- **Fórnia da Serra do Rabaçal IV- “da capela de Santo António”:** apresenta algumas exurgências temporárias e pelo menos uma permanente, embora de reduzido caudal no

período estival. Coordenadas geográficas: Latitude 40°01'27.53''N; Longitude 8°31'32.60''W.

- **Fórnia da Serra do Rabaçal V- Soure:** é de grandes dimensões, encontra-se mais a ocidente e a escassos 250 metros da grande pedra da Serra do carvalho. Coordenadas geográficas: Latitude 40°01'20.20''N; Longitude 8°31'53.30''W.

-**Campos de lapiás gigantes da vertente Norte da Serra do Rabaçal (Carpinteiros- Tapéus- Soure):** estes lapiás gigantes apresentam frequentemente uma morfologia arredondada, o que pode resultar duma intensa erosão hidrológica, não só vertical, mas também por escorrência ao longo da vertente. Coordenadas geográficas: Latitude 40°02'05.95''N; Longitude 8°31'46.14''W.

f. Fogos Rurais

A área de projeto foi percorrida por um incêndio a 5 de setembro de 2016, teve início nos Carpinteiros, na freguesia de Tapéus, foi o maior incêndio, em termos de área, em que arderam 1.383 hectares, este incêndio alastrou para a freguesia vizinha, União de Freguesias de Degraças e Pombalinho, e foi dado como extinto, cinco dias depois, a 11 de setembro. O anexo 1 dá-nos os resultados provisórios do comportamento do fogo.

Atualmente, as áreas agrícolas cultivadas e as áreas florestais ordenadas situam-se junto às zonas habitacionais, até porque é onde se encontram os terrenos mais planos, com menos afloramentos rochosos e mais fáceis de trabalhar. As outras zonas agrícolas mais afastadas da população, encontram-se abandonadas, muitas delas em que a ocupação atual é matos. Verifica-se que a vegetação de maior porte (arbórea e arbustiva) surge nas cotas mais baixas, a norte e oeste, nomeadamente carrascos, pinheiros, oliveiras e medronheiros.

Nas cotas acima dos 300 m a vegetação arbustiva é mais escassa e surgem as pastagens espontâneas, situando-se maioritariamente nos pontos mais altos (cume), em que podemos encontrar algumas ervas aromáticas, nomeadamente a erva de santa maria e o alecrim.

As áreas percorridas por o incêndio de 2016, não foram sujeitas a grandes alterações a nível da paisagem, não havendo intervenções para a sua renovação/reordenamento, deixando que a regeneração natural domine e nalgumas zonas, a norte, é o carrasco que domina a paisagem.

Em termos de área ocupada, o olival ocupa um claro lugar de destaque, principalmente na União de Freguesias de Degraças e Pombalinho, muitos dos olivais que arderam, não foram objeto de qualquer intervenção, ficaram ao abandono.

Derivado aos incêndios e ao abandono, as áreas de matos aumentaram, o contrário se verifica em relação ao pinheiro-bravo, uma redução.

g. Outros riscos e vulnerabilidades

A região de Sicó apresenta estruturas geológicas, por exemplo as cavernas que servem de abrigo a alguns animais, que por vezes com intervenções agrícolas e florestais podem ser danificadas.

As pedreiras existentes nesta zona é outra vulnerabilidade, para a destruição da paisagem, do solo, prejudica a fauna e a flora, tem um impacto negativo nas plantas no desenvolvimento do fruto, na qualidade do ar e na saúde da população entre outras.

A erosão do solo nesta zona é outro fenómeno bem visível, prejudicial para o solo, para o ambiente e para as atividades agrícolas, florestais e silvo pastorícia.

Outra vulnerabilidade são as pragas e doenças nas plantas, verificando que alguns dos exemplares adultos de pinheiro-bravo secaram.

O javali e os esquilos poderão ser considerados outra praga visível na região.

As invasoras como as acácias ou o ailantos, nesta zona não se encontram, mas estas espécies são visíveis em zonas próximas.

Os ventos fortes que se fazem sentir, principalmente nas zonas de cumeada são outro fator que poderá ter impacto negativo nas atividades a realizar e na erosão do solo.

h. Estrutura fundiária

Encontramo-nos numa zona de minifúndio, em que as explorações são de pequena dimensão, delimitadas por muros de pedra, por vezes com forma irregular. Os proprietários poderão ter vários prédios rústicos, mas encontram-se muito dispersos uns dos outros.

As habitações são as designadas “casas da aldeia”, unifamiliares com quintal para consumo da família.

Domina o cultivo para consumo próprio, agricultura de subsistência, em que predomina a vinha, o olival, a batata, hortícolas, etc. e as pastagens nas zonas mais agrestes.

i. Socioeconómica relevante para a valorização e revitalização territorial

- **Caracterização da população:** segundo os censos (INE) a população residente nas duas freguesias em estudo reduziu de 1598 residentes em 2011 para 1375 em 2021, cerca de 14%. Em 2011 na freguesia de Tapéus residiam 165 homens e 173 mulheres, em 2021 o número de residentes diminuiu para 151 homem e aumento as mulheres para 175. Em 2011 na União de Freguesias de Degracias e Pombalinho residiam 597 homens e 663 mulheres, em 2021 o número de residentes diminuiu para 504 homem e 545 mulheres. De acordo com os censos de 2021, a maior percentagem de residentes situa-se nas idades entre 25 a 64 anos (146 em Tapéus e 462 em U.F. Degracias e Pombalinho), seguindo-se depois 65 ou mais anos com 127 residentes em Tapéus e 438 em U.F. Degracias e Pombalinho. A população jovem com idades até 14 anos, são 31 em Tapéus e 79 na U.F. Degracias e Pombalinho e dos 15 aos 24 anos, existem 22 jovens em Tapéus e 70 na U.F. Degracias e Pombalinho.

O **Índice de Envelhecimento** em 2021 para Portugal é de 182,07, na freguesia de Tapéus o índice é de 409,68 e na União de Freguesias de Degracias e Pombalinho é de 554,43. A taxa de **analfabetismo** (%) diminui de 2011 para 2021, mas ainda se encontra acima da média nacional que é de 3,08%, em Tapéus é de 8,12% e na U. F. de Degracias e Pombalinho é de 9,37%.

Em relação a 2011, verifica-se que a taxa de desemprego diminui nas duas freguesias, em Tapéus de 9,68% para 2,61% e na U. F. Degracias e Pombalinho de 13,40% para 5,65%. A população ativa empregada é em Tapéus de 112 indivíduos e na U.F. de Degracias e Pombalinho de 351 indivíduos.

FREGUESIA	TOTAL/ FREGUESIA	SECTOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO (SOCIAL)	SETOR TERCIÁRIO (ECONÓMICO)
Tapéus	112	1	34	41	36
U.F. Degracias	351	10	158	72	111

e Pombalinho

TOTAL	463	11	192	113	147
--------------	------------	-----------	------------	------------	------------

O setor primário é o que tem menos pessoas no ativo, em que 6 trabalham por contra própria e 5 por contra de outrem. Verifica-se também que este setor continua a ter outras pessoas no ativo que já são reformadas, que estão ligadas à pastorícia.

As atividades relacionadas com a produção de leite estão muito evidentes no território de Sicó, existem várias queijarias com muita qualidade, reconhecidas e que empregam uma parte da população ativa da serra.

Encontramos também uma fábrica de frutos secos e outra de azeitona na freguesia das Degracias que empregam uma parte da população ativa e que poderão ser importantes para este projeto, nomeadamente no escoamento dos produtos.

O turismo é outra atividade importante para esta zona, existem casas de turismo rural, quintas de eventos e atividades de natureza, como os desportos radicais e percursos pedestres.

j. Estrutura organizativa

Nas freguesias de Tapéus e União de Freguesias de Degracias e Pombalinho encontramos:

- ADESTA- Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e desportiva de Freguesia de Tapéus-IPSS;
- Ecosucesso Associação, zona de caça associativa de Tapéus,
- Zona de caça associativa de Degracias e Pombalinho;
- Conselho Directivo dos Baldios da Freguesia de Degracias.

Alargando o leque à Serra de Sicó, que abrange os concelhos de Condeixa-a-Nova, Alvaiázere, Ansião, Soure, Penela e Pombal, as estruturas organizativas são:

- TERRAS DE SICÓ - Associação de Desenvolvimento;
- Confraria do Queijo Rabaçal DOP;
- ACC Confraria do Chícharo;
- APFCA - Associação de Produtores Florestais do Concelho de Ansião;
- APRORABAÇAL - Associação de Produtores do Rabaçal;

- OLIVISICÓ - Associação de Olivicultores da Serra de Sicó;
- Vinisicó - Associação de Vitivinicultores da ADSICÓ;
- SICOLMEIA;
- Cooperativa Agrícola de Alvaiázere;
- Cooperativa Agrícola de Soure;
- Cooperativa Agrícola de Condeixa-a-Nova e Penela;
- Copombal- Cooperativa Agrícola do Concelho de Pombal;
- CASAN-Cooperativa Agro-pecuária do Sudoeste Beirão;
- ADILCAN - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais do concelho de Ansião;
- ADILPOM - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal;
- SAURIUM FLORESTAL- Associação prá Floresta do Concelho de Soure;
- FLOPEN - Associação de Proprietários e Produtores Florestais de Penela;
- Associação Florestal do Concelho de Ansião;
- ETP SICÓ - Sicó Formação;
- ETAP - Escola Tecnológica e Artística de Pombal.

K. Projetos em curso ou aprovados

Na área da AIGP está previsto a instalação de um projeto fotovoltaico, a empresa interessada irá submeter um pedido de enquadramento regime jurídico de AIA à DGEG para avançar com o licenciamento do projeto.

Existe um parque eólico e foi entregue na câmara municipal de Soure um pedido de informação prévia para a instalação de um aerogerador adicional como sobreequipamento do parque eólico de Degracias. Estão a aguardar o parecer do município.

A2. Opções da transformação da paisagem

Na transformação da paisagem na área da AIGP SICÓ pretende-se delinear uma estratégia que torne este espaços mais resistentes e menos vulneráveis aos incêndios tendo em atenção o histórico dos incêndios ocorridos, as características da área, o tipo de agricultura praticado, incentivando a uma agricultura ativa, uma floresta bem gerida e a um setor primário que crie mais riqueza e que seja um estímulo para a população residente.

Temos previsto reconverter cerca de 33% da área da AIGP e melhorar cerca de 27% mantendo a ocupação atual. Estas opções foram definidas para que possamos atingir os seguintes objetivos: aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais, minimizar as alterações

climáticas adotando práticas que promovem o sequestro de carbono, melhorar a aptidão dos solos, valorizar os produtos endógenos e a economia local, reduzir o êxodo rural, rejuvenescer as vivências locais, de forma a potencializar o desenvolvimento rural.

a. Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo

Neste estudo foram utilizadas as seguintes variáveis, no que se refere ao clima, a temperatura, a precipitação, o vento, geada e a humidade, na morfologia temos a hipsometria, declive, exposição, linhas de água e linhas de festo e talvegues, e também os solos são um fator importante, nomeadamente litologia e geomorfologia. Os fatores bióticos a ter em atenção é a fauna e flora. Outro fator a ter em conta é o histórico dos incêndios na área em estudo, tendo em conta a alteração da paisagem a forma como tem evoluído.

A área em estudo caracteriza-se por ter maioritariamente zonas em abandono, com declives acentuados na metade norte, com vegetação arbustiva (carrascos) de grande porte e com a proveniência de ventos de Noroeste (NW), fortes e frequentes nos meses de maio a outubro.

Nas zonas mais elevadas verifica-se a existência de afloramentos rochosos e muita pedregosidade, o que condiciona as espécies a instalar e as operações a realizar.

As espécies selecionadas são características desta região, quase todas se encontram nesta zona, estão bem adaptadas, de forma a podermos ter sucesso com a implementação do projeto. Todas as espécies escolhidas, no PROF Centro Litoral para esta Sub-região, são espécies a privilegiar.

Pretende-se valorizar as espécies endógenas que já existiam antigamente e que estavam bem adaptadas, como o olival e o pinhal, nas zonas com afloramentos rochosos e pedregosidade, assim como, introduzir outras espécies, nomeadamente o sobreiro e o medronheiro, também em zonas com muita pedra mas com exposição a sul.

Nas áreas de olival que foram percorridas por incêndio e/ou se encontram abandonadas, o objetivo é recuperá-las, isto é, através da plantação e em alguns casos fazer podas de renovação ou enxertar o zambujo que é uma espécie que se adapta bem a este clima e ao tipo de solo com muita pedregosidade, à falta de água, de forma a rentabilizar e a incentivar a sua gestão.

Nas zonas de depressão, vales que abandonados proporcionam a propagação do incêndio, pretende-se introduzir o olival e o medronheiro de forma a criar espaços geridos, com pouco combustível, utilizando o medronheiro, a oliveira e as pastagens.

O carvalho é outra espécie que se encontra disseminada por quase toda a área, o objetivo é preservar o que existe e criar novas áreas com povoamentos de carvalho.

A população envelhecida e a falta de incentivos proporcionam um número muito reduzido de pessoas ligadas ao setor primário, ligadas à silvo pastorícia encontram-se as pessoas mais velhas, muitas delas já reformadas que vão buscar aqui um complemento à sua baixa reforma. Na região de Sicó existem algumas queijarias, daí que as pastagens ocupam também uma grande percentagem desta paisagem, pretendem-se melhorar para que possam ser mais nutritivas para os animais, favorecendo a produção de carne e de leite.

b. Valorização da biodiversidade e dos serviços de ecossistemas

O reordenamento a propor tem em atenção o aumento e o enriquecimento da biodiversidade, não só pela variedade de espécies a implementar, as espécies que lhe poderão estar associadas, o melhoramento do solo, a preservação da água no solo e a redução de erosão.

O aproveitamento da regeneração natural de pinheiro-bravo e em menor percentagem do cedros, esta mais como função de proteção do que de produção.

Os majestosos bosquetes de carvalho que existem na serra de Sicó é outra espécie que valoriza a região e que contribui para a biodiversidade da fauna e da flora, sendo zonas de abrigo a algumas espécies.

Os sistemas agroflorestais são outra forma de valorizar as espécies existentes, o melhoramento das pastagens e a redução das áreas de matos são outra proposta que pretende reorganizar e diversificar as espécies, acrescentando valor à região.

A introdução do sobreiro e do medronheiro, a sul, e o pinheiro-manso, são espécies que vêm diversificar o mosaico agro-florestal.

Os serviços de ecossistema são outros benefícios que poderemos ter destas áreas, nomeadamente o sequestro de carbono, controlo da erosão, melhoramento hídrico, áreas de recreio naturais, os produtos gerados (madeira, cortiça, frutos), a paisagem, etc.

c. Conectividade ecológica

A conectividade ecológica refere-se ao modo em como o território facilita ou dificulta, entre outros processos ecológicos, as deslocações das espécies por meio dos recursos do habitat existente na paisagem (adaptação de Taylor et al., 1993).

O PDM atual do Município de Soure não define corredores ecológicos para o concelho, o PROF do Centro Litoral também não tem definidos corredores ecológicos nesta zona.

O reordenamento proposto interrelaciona os diversos sistemas culturais, serão preservadas as áreas de pastagem e agro florestais, e instaladas áreas de sobreiro e de carvalho. Algumas das áreas propostas continuam a servir de refúgio à fauna, outras de zonas de alimentação e nidificação, assim como, a disseminação das espécies continua a ser possível.

Será feito um aproveitamento da regeneração natural, não só do pinheiro-bravo existente mas também dos carvalhos que vão regenerando nestas áreas.

Não haverá alteração do uso do regime de uso do solo, ou das atividades ou práticas que alterem as características dos sistemas ecológicos que se pretendem salvaguardar.

A RVF será mantida não havendo aumento dos caminhos, apenas melhoramento dos existentes.

Nos vales o uso será agrícola o que cria uma descontinuidade na paisagem, mas continua a existir uma ligação entre o agrícola e florestal, permitindo as deslocações das espécies e a redução da propagação dos incêndios.

d. Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água

A escolha de espécies características da região e bem adaptadas permite uma maior eficiência da água.

A recuperação de olivais abandonados e a enxertia de zambujo, plantas bem adaptadas a esta zona, que se desenvolvem mesmo com a escassez de água, permite reduzir o consumo de água, não obrigando a regas nos primeiros anos.

Outra opção é a aquisição de oliveira galega enxertada em zambujo, requer menos regas e a probabilidade de resistir com estas condições é maior.

O melhoramento do solo, permite uma maior retenção de água, a redução da erosão nas encostas é outro meio que poderá beneficiar a eficiência da água.

A opção pelo aproveitamento da regeneração natural, leva a que não seja necessário fazer regas.

Os vales cultivados, melhoramento do solo, poderão facilitar a retenção de água e não desaparecer nas cavidades existentes no solo.

Nas zonas de Tapéus preservação das espécies ripícolas existentes, limpeza das linhas de água e preservação da galeria ripícola.

Vamos tentar fazer todas as plantações em outubro/novembro para que as plantas na época estival já estejam desenvolvidas e adaptadas, sem ser necessário muitas regas neste período.

e. **Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais**

Fatores que importa conhecer para uma melhor gestão dos incêndios:

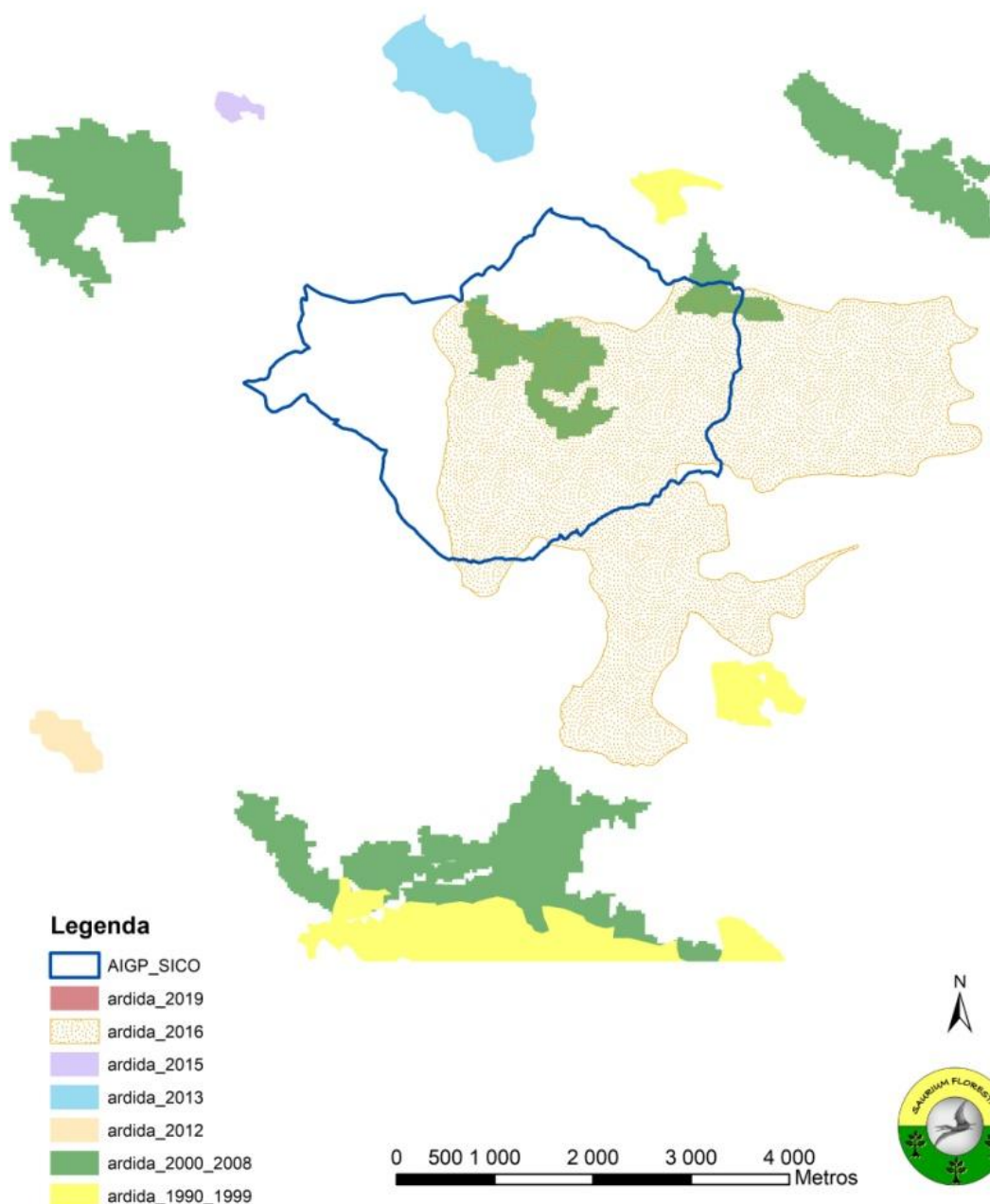
- A topografia compreende, entre outros parâmetros, a morfologia do terreno, o declive, a concavidade do terreno, a orientação relativamente ao Sol, a constituição do solo e a existência de extensões de água, sendo porventura o declive do terreno, o mais importante a reter. Sabe-se que o fogo se propaga com uma velocidade muito superior ao subir uma encosta, em relação à velocidade que tem em terreno plano, que é praticamente a mesma que tem ao descer uma encosta.
- O clima e a meteorologia envolvem um vasto conjunto de parâmetros, associados às condições climáticas, que estão em mudança, e de outros que traduzem o estado da atmosfera, tais como a temperatura, a humidade do ar, a radiação solar, a precipitação, a estabilidade atmosférica e a direção e intensidade do vento. Entre os fatores meteorológicos que afetam a propagação do fogo, é importante reter o vento e a humidade relativa do ar.
- A vegetação, que é constituída pelo coberto vegetal do solo, compreende plantas dos mais variados tipos e espécies, que se encontram em diferentes estratos (solo, superficial e aéreo) e em diversos estados vegetativos (vivos ou mortos). Ao ser quimicamente constituída por celulose ou hemicelulose, a vegetação tem o potencial de entrar em ignição e de sustentar a propagação do fogo. Por isso iremos designar a vegetação simplesmente por combustível.

De entre os três conjuntos de fatores enunciados, a vegetação é o único que pode ser modificado significativamente pela ação humana, pelo que se presta grande atenção à gestão dos combustíveis, de forma a reduzir ou eliminar o perigo de incêndio. (3 pontos e este paragrafo retirado do Livro “Faixas de Gestão de Combustível”, Domingos Xavier Viegas, L. M. Ribeiro, M. Almeida, ADAI, Universidade de Coimbra).

A informação de base foi retirada do Site do ICNF, cartografia com a área no período de 1990 a 2021, e também a informação em excell com os pontos de início das ocorrências no período de 1980 até 2000.

Com base na informação de excell para as freguesias da área da AIGP SICÓ, verifica-se que ocorreram ao longo dos anos (1980 a 1990) incêndios de pequenas dimensões, destacando-se em 1987 um incêndio com início na freguesia das Degracias, a sul, que “lavrou” uma área de 800 ha, na mesma zona também em 1990 com uma área de 168 ha. Em Pombalinho neste período verificou-se em 1990 um que consumiu cerca de 105 ha, também fora da área da AIGP, mais a sul.

O mapa abaixo indica-nos que em 2005 ocorreu um incêndio na zona dos carpinteiros que dizimou cerca de 101 ha, em 2006 ocorreu outro a este, próximo do caminho que segue das Quatro Lagoas para as Buracas do Casmilo, sendo a área ardida bastante inferior, cerca de 40 ha. O grande incêndio nesta zona foi em 2016, também teve início na localidade dos Carpinteiros, tendo percorrido uma área de 1383 ha.



O conjunto de fogos que ocorrem numa determinada paisagem, com o seu comportamento típico, constitui o padrão de um **regime de fogo**. O regime do fogo é definido pela distribuição das dimensões dos fogos, pela frequência dos ventos (incluindo a sua sazonalidade), pela intensidade e severidade, e pelo padrão espacial das áreas ardidas; estas características tipificam o historial de fogos numa dada região.

As descrições do regime de fogo vão desde “fogos raros e de superfície” até “fogos frequentes de copas”. No entanto, uma caracterização completa do regime de fogo requer o estudo de

dados históricos que possam documentar e servir para o ajustamento de distribuições estatísticas.

A maioria dos regimes de fogo resulta da interacção entre a actividade humana e a natureza. As alterações e modificação do coberto do solo provocadas pela ação humana têm uma grande influência no regime do fogo, um terreno cultivado no regime agrícola pode diminuir a capacidade de propagação de incêndios, já o abandono das propriedades, proporcionando um aumento do combustível, pode aumentar a propagação de incêndios. (Capítulo: O Fogo como Processo Físico-Químico e Ecológico, João Ventura e Maria J. Vasconcelos; Livro “Incêndios Florestais em Portugal- Caracterização, Impactes e Prevenção”, Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva; Instituto Superior de Agronomia | Lisboa | Portugal).

A área em estudo caracteriza-se por ter maioritariamente zonas em abandono, com declives acentuados, com vegetação arbustiva (carrascos) de grande porte e com a proveniência de ventos de Noroeste (NW), fortes e frequentes.

O comportamento do fogo num incêndio florestal depende das condições atmosféricas, do relevo e da vegetação. Os primeiros não há possibilidade de serem alterados mas o tipo de combustíveis presentes são um fator determinante no comportamento do fogo e possível de ser modificado.

Alterações a realizar na transformação da paisagem reordenando e contribuindo para a minimização dos incêndios (anexo1): nas áreas de mato reconverte-las para floresta ou pastagem; áreas de olival abandonadas, aproveitando as oliveiras ardidas ou abandonadas pretende-se fazer uma poda de renovação, aproveitamento do zambujo para enxertar com a variedade galega; zonas com regeneração natural de pinheiro-bravo, aproveitar a regeneração, fazendo redução de densidades e ordenamento; nos vales optar por instalar olival e medronheiro, criando faixas de redução de combustível; em outras zonas de mato, reconverter para medronheiro ou carvalho e nas faixas de gestão de combustível, onde não se pratica agricultura, rearborizar com carvalho-cerquinho; a pastagem natural pretende-se que seja melhorada; todos os outros povoamentos florestais, de pinheiro-bravo, eucalipto, pinheiro-radiata e choupo que se encontram dispersos, pretendemos preservar; e os exemplares majestosos de carvalho existentes nesta zona serão também para preservar.

Na freguesia de Tapéus estão definidos dois caminhos, que dão acesso ao ponto mais alto da serra, que se pretende beneficiar, alargando e melhorando, facilitando a passagem aos carros

de combate a incêndios. Na União de freguesias de Degraças e Pombalinho, também se pretende melhorar um caminho que vai da primeira eólica para as Degraças.

f. Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais

Áreas com grandes encostas que estão sujeitas ao risco de erosão, pretende-se a instalação de pastagens para reduzir a erosão e não será feito o arranque de cepos, nem grandes mobilizações.

Não serão realizadas mobilizações do solo intensivas, opta-se por limpeza e abertura de covas com broca nas áreas de maior inclinação.

Deverá ser evitado o uso de produtos fitofarmacêuticos, principalmente herbicidas que são prejudiciais ao solo e aquíferos.

Não haverá alteração do perfil do solo, nas zonas planas o solo será mobilizado com ripper.

As intervenções a realizar serão cuidadosas de forma a não haver deslocação de pedregulhos ou deslizamento de terras.

g. Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais

Os valores patrimoniais serão salvaguardados, não iremos intervir nem de alguma forma prejudicar o património referido na alínea e. do ponto A1. Na zona do campo de lápias apenas será feito o controlo da vegetação, não haverá mobilização do solo.

As áreas das forniais serão intervencionadas com pastagens ou olival que não irá prejudicar as estruturas em questão.

Em termos paisagísticos a paisagem natural será mantida sem grandes alterações, preservando as espécies características desta zona e que dão beleza à serra. Os carvalhos exemplares majestosos e característicos de região serão preservados e nalgumas zonas será feito o adensamento, o que não descaracteriza a área a intervir.

A zona da capela de Santo António, muito visitados por turistas será preservada e as suas vistas, que por vezes com o céu limpo abrange a Figueira da Foz será mantida.

Os valores culturais serão preservados, nomeadamente a romaria à capela de Santo António e os percursos pedestres.

h. Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes

Os povoamentos de pinheiro-bravo de regeneração natural, cujo objetivo é produção, serão reordenados e desbastados.

Todos os povoamentos a instalar serão ordenados, não está prevista uma área contínua de monocultura, mas um mosaico de espécies agrícolas e florestais de forma a tornar esta área mais resiliente aos incêndios, a pragas e a doenças.

As áreas de pinheiro-bravo e oliveiras serão intervencionadas, o reordenamento será realizado de forma a obter um sistema agro-florestal ordenado, selecionando pinheiros bem desenvolvidos e saudáveis, oliveiras que possam se tornar rentáveis através de podas de renovação e zambujo que possa ser enxertado com oliveira de variedade galega.

Os olivais a instalar são da variedade galega, característica da zona e de fácil adaptação, ordenados para facilitar a sua gestão, e com a função de reduzir a velocidade de propagação do incêndio na serra, de forma a facilitar a intervenção dos operacionais de combate.

Nas áreas inseridas nas faixas de gestão de combustível está proposto intervir de forma a reduzir a carga de combustível, tornando aquelas zonas mais resilientes aos fogos rurais.

Nas áreas de carvalhos pretende-se preservar e aumentar a fauna e flora que lhe está associada.

i. Fomento da agricultura, da silvo pastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem

O mosaico agro-florestal atual será alterado criando uma estrutura mais resiliente aos incêndios e economicamente mais rentável.

Renovação das áreas de olival em abandono ou que foram percorridas por incêndio, zonas de encosta com muita pedra, mas que se pretende viabilizar de forma a tornar mais rentáveis e regenerar a agricultura nestas encostas.

Substituição das áreas de matos por pastagens, poderá significar um aumento da silvo pastorícia e do número de efetivos por rebanho nesta zona, sendo uma região do Queijo do Rabaçal DOP e atualmente existe escassez de leite.

Mais área de pastagens promovem o aumento do número de rebanhos e do seu efetivo, o que origina uma maior área com gestão de combustível a menores custos, e aumenta a resiliência do território aos incêndios rurais e melhora a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.

A caça é outra atividade que está presente nestas áreas, pretendemos criar zonas de bebedouro e alimentação para favorecer esta atividade e também reduzir o número de javalis que prejudicam a agricultura que ainda se pratica.

As atividades propostas, agricultura, floresta e silvo pastorícia, estão interrelacionadas, em termos económicos complementam-se e criam um mosaico em termos paisagísticos aprazível.

j. Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor

Esta proposta de ordenamento foi projetada com base nas características anteriormente descritas, na ocupação atual do solo e nas experiências/vivências da população residente, também tendo em conta a importância económica que trás para a região e para a viabilidade da candidatura.

Esta zona é de montanha, com solos pobres, camada de solo arável muito pequena, muita pedra e afloramentos rochosos, o que dificulta as ações manuais agrícolas e florestais e nalgumas zonas é impossível trabalho mecanizado. Outro inconveniente é a escassez de água, não existem zonas de acumulação de água e quando chove a água desaparece com facilidade.

Nesta região encontram-se algumas queijarias, que em termos económicos nos leva a optar pelas pastagens, melhoramento das existentes, e aumento dos rebanhos existentes. O azeite é outro produto desta região que tem valor económico, a espécie a privilegiar é a Galega, bem adaptada à zona e neste momento pretendemos optar pela enxertia de zambujo (oliveira-brava). O zambujo é uma espécie que está bem adaptada, surgiu devido aos incêndios e ao abandono das propriedades, a razão de não optarmos por instalar a oliveira galega nas zonas onde se encontra o zambujo é que a probabilidade de insucesso seria maior devido, ao solo pobre, à seca e a impossibilidade de optar por rega gota-a-gota.

Esta área apresenta zonas com carvalhos bem desenvolvidos, com grande porte e muito importantes para a biodiversidade e em termos ecológicos, esta espécie tem também grande valor para a população, optando por não os cortar e preservar.

O medronheiro é um arbusto que já aparece espontâneo nalgumas zonas, apesar de não ser em grande escala. Para nós poderá ser uma opção, não só por razões económicas, aguardante e fruto, mas também para aumentar a variabilidade de espécies.

A presença de ervas aromáticas nesta zona é frequente, nomeadamente erva de santa maria, alecrim, orégãos e alfazema, poderá ser uma opção para comercializar ou para aumentar o nº de colmeias, encontrando-se nestas freguesias já alguns produtores de mel que contam com o apoio da SICOLMEIA - Associação de Apicultores da Serra de Sicó.

Outra espécie de fauna que nos últimos anos tem aumentado a sua população nesta zona, é o javali, aqui encontra refúgio e alimento. Esta espécie prejudica a agricultura, danificando-o e as espécies cinegéticas, assim como destrói os muros que delimitam as propriedades. O javali poderá ser um fator negativo na implementação do projeto.

Uma infraestrutura que se encontra muito nesta zona são os muros de pedra que delimitam as propriedades e os caminhos. Estes muros de pedra solta foram construídos pelos antigos proprietários dos prédios rústicos que faziam a desprega para poderem ter uma maior área para cultivar e facilitar as ações agrícolas. Pretende-se preservar os muros que caracterizam esta região calcária e arranjar uma solução para a preservação destes, evitando que estes animais os destruam.

Este reordenamento está projetado para a redução dos incêndios, substituindo as zonas de matos e carrascos por olivais e pastagens, principalmente nas zonas de vale, redução da carga de combustível com o aumento das áreas agrícolas.

Este projeto tem como objetivos, valorizar a agricultura, nomeadamente o olival, o aumento da silvo pastorícia, da apicultura, irá permitir melhorar a economia, valorizar a paisagem através do reordenamento e incentivar o turismo com atividades de lazer. Poderá trazer novas pessoas que estejam interessadas em viver e investir nesta região, introduzindo hábitos e comportamento novos. Esta dinâmica contribuirá para uma redução dos incêndios e facilitará o seu combate.

Pretende-se também melhorar alguns caminhos na zona de encosta/serra de forma a termos melhores acessos e deste modo facilitar o combate aos incêndios.

A3. Articulação com o quadro legal

A Área Integrada de Gestão da Paisagem Sicó está inserida no Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral e enquadra-se na sub-região homogénea Sicó e Alvaiázere.

a. IGT

Segundo o **PROF** do Centro Litoral, para a sub-região homogénea Sicó e Alvaiázere, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- Função geral de conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos: contribuição dos espaços florestais para a manutenção da diversidade biológica e genética e de geomonumentos. Engloba, como subfunções gerais, a conservação de habitats classificados, a conservação de espécies da flora e da fauna protegida, a conservação de geomonumentos e a conservação dos recursos genéticos;
- Função geral de produção: contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material da sociedade. Engloba, como subfunções gerais a produção de madeira, a produção de biomassa para energia, a produção de cortiça, a produção de frutos e sementes e a produção de outros materiais vegetais e orgânicos;
- Função geral de proteção: contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas. Engloba, como subfunções gerais a proteção da rede hidrográfica, a proteção contra a erosão eólica, a proteção contra a erosão hídrica e cheias, a proteção microclimática e a proteção ambiental, a proteção contra incêndios, a recuperação de solos degradados e a mitigação das alterações climáticas.

Nesta sub-região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

- Carvalho-português (*Quercus faginea*);
- Cedro-do-Buçaco (*Cupressus lusitanica*);
- Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*);
- Eucalipto (*Eucalyptus globulus*);
- Medronheiro (*Arbutus unedo*);
- Nogueira (*Juglans regia*);
- Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*);
- Sobreiro (*Quercus suber*);
- Azinheira (*Quercus rotundifolia*);

- Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*);
- Castanheiro (*Castanea sativa*);
 - Choupos (*Populus sp.*);
 - Freixo (*Fraxinus angustifolia*);
 - Nogueira-preta (*Juglans nigra*);
 - Pinheiro-manso (*Pinus pinea*).

A área em estudo não é coincidente com nenhum corredor ecológico.

Existe atualmente uma proposta dos municípios de SICÓ (ALVAIÁZERE, ANSIÃO, CONDEIXA-A-NOVA, PENELA, POMBAL e SOURE) para a criação de Paisagem Protegida Regional de Sicó como área protegida de âmbito regional, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). A Paisagem Protegida Regional de Sicó irá incidir parcialmente na AIGP SICÓ.

Plano Diretor Municipal

O PDM é um instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento do território municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. O PDM é também um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais.

O presente plano tem como objetivo estabelecer os princípios e as regras a que deverá obedecer o uso, ocupação e transformação do solo. Segundo o PDM do Município de Soure, as servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública, regem -se pelas disposições do presente capítulo e demais legislação aplicável e têm como objetivos:

- Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico;
- Preservar o coberto vegetal do concelho e as suas capacidades agrícolas e florestais;
- Defender o património natural e cultural;
- Defender as redes básicas das infraestruturas.

Artigo 9.º Proteção a margens e zonas inundáveis

Sem prejuízo do estabelecido na legislação específica, é interdito nos leitos, margens e na zona adjacente para cada lado da linha de margem:

- a) Implantar edifícios ou realizar obras suscetíveis de constituir obstrução à livre passagem das águas;
- b) Destruir o revestimento vegetal ou alterar o relevo natural;
- c) Instalar vazadouros, lixeiras ou parques de sucata.

Artigo 10.º Proteção a nascentes e linhas de água, redes de captação, adução e distribuição de água

Sem prejuízo do estabelecido na legislação específica e fora dos aglomerados urbanos, é interdito:

- a) Instalar ou construir, num raio de 200 m à volta dos furos de captação, qualquer estrutura capaz de provocar poluição dos aquíferos, nomeadamente fossas sumidouras, depósitos de sucata, lixeiras de resíduos domésticos ou industriais e lagares;
- b) Instalar construções num raio de 10 m dos reservatórios;
- c) Plantar árvores numa faixa de 2 m para cada um dos lados das condutas;
- d) No interior dos aglomerados urbanos as interdições serão consideradas caso a caso.

- Faixa de proteção próxima — é definida uma faixa de proteção próxima dos 50 m em torno dos limites exteriores das captações; furos ou drenos. Esta faixa de proteção próxima deverá ser interdita à construção e deverá ser delimitada por vedação e é interdita a entrada de animais ou pessoas estranhas ao serviço. Dentro desta faixa não devem existir depressões onde se possam acumular águas pluviais, linhas de água não revestidas que possam ocasionar infiltrações, fossas ou sumidouros de águas negras, de habitações, de instalações industriais e de culturas adubadas ou estrumadas.

- Faixa de proteção à distância — é definida uma faixa de proteção à distância, com pelo menos 200 m em torno das captações, onde não devem existir sumidouros de águas negras abertos na camada aquífera captada, estações de fornecimento de combustíveis, captações na mesma formação aquífera, rega com águas negras, atividades poluentes, nem construção urbana a menos que estas sejam providas de esgotos e que sejam conduzidas para fora da zona de proteção a jusante das captações e onde haja garantia de não haver qualquer contaminação do solo por materiais poluentes.

Artigo 13.º Reserva Agrícola Nacional

- Sem prejuízo do estabelecido na legislação específica, nos terrenos da RAN são proibidas todas as ações que diminuam as suas potencialidades agrícolas.

- Excetuam -se das proibições acima referidas as que vêm mencionadas na mesma legislação, desde que autorizadas pela Comissão da Reserva Agrícola Nacional.

Artigo 14.º Reserva Ecológica Nacional

- Sem prejuízo do estabelecido na legislação específica, os terrenos situados na REN estão sujeitos às interdições seguintes:

- a) Operações de loteamento;
- b) Obras de urbanização;
- c) Vias de comunicação e acessos;
- d) Construção de edifícios;
- e) Aterros e escavações;
- f) Destruição do coberto vegetal e da vida animal;
- g) Instalação de parques de sucata, nitreiras, lixeiras e de materiais de construção civil ou de combustíveis;
- h) Instalação de painéis publicitários.

Artigo 15.º Proteção ao pinheiro-manso

É proibido o arranque ou o abate de pinheiros -mansos, salvo em situações de comprovada doença, e desde que tal seja atestada pelos serviços florestais competentes. No caso de esse corte ser autorizado, dever -se -á proceder à plantação do mesmo número de árvores da mesma espécie.

Artigo 16.º Proteção ao olival

Sem prejuízo do referido na legislação específica, é proibido o arranque e corte raso de oliveiras, salvo com autorização expressa dos serviços regionais competentes.

Artigo 17.º Áreas condicionadas à plantação ou reconversão com folhosas de rápido crescimento

- É interdita a plantação de folhosas de rápido crescimento em três zonas do concelho de Soure:

- a) Zona da serra das Degracias — a partir da EN 1 (IC 2), para sudeste, até aos limites do concelho;
- b) Área a norte da EN 348, desde a vila de Soure até Belide e até ao limite do concelho e leito do rio Arunca;
- c) Área delimitada pelo paul da Madriz.

- No caso de terrenos onde tais espécies já existirem deverá fazer-se a reconversão tão depressa quanto possível por espécies compatíveis com a zona, não sendo de admitir a reflorestação com a mesma espécie.

Artigo 18.º Proteção a florestas

As ações que visem a intervenção em florestas estão sujeitas à legislação específica.

b. IGIFR**Programa sub-regional de ação de gestão integrada de fogos rurais**

Estabelecem-se quatro orientações estratégicas:

- Valorizar os espaços rurais;
- Cuidar dos espaços rurais;
- Modificar comportamentos;
- Gerir o risco eficientemente.

“O que se propõe, com a presente estratégia, é um reforço dos mecanismos de cooperação e articulação ao nível nacional, regional e sub-regional, desenvolvendo programas equilibrados de prevenção e combate, adaptados aos regimes do fogo que existem em cada região, nos eixos da gestão do fogo rural e da proteção contra incêndios rurais, isto é, nos espaços rurais (floresta e matos) e no interface urbano/rural. Para que tal seja virtuoso, convocam-se as diversas políticas e instrumentos, já referidos, para canalizar recursos financeiros que permitam capacitar as instituições, concretizar o desígnio da valorização do território, das florestas e do capital natural, reduzir a sua exposição ao risco através de programa de gestão da vegetação, educação e sensibilização das comunidades e uma gestão operacional do risco eficaz e eficiente.”

Este programa prevê o aumento da área com gestão integrada, valorizando os espaços rurais, nomeadamente, conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal - a Gestão agregada de territórios rurais que tem como objetivo Incentivar a gestão agregada de territórios rurais através de entidades de gestão coletiva, com foco na atividade silvícola, pastoril e agro-florestal, fomentando a criação de novas entidades e o aumento da área por elas gerida, cimentado também através de Contratos-Programa com as OPF, Sociedades Florestais, entre outros. Criação e desenvolvimento de um processo dinâmico de gestão do território comunitário, numa lógica do associativismo, de gestão agregada de baldios submetidos a regime florestal, e de partilha com entidades públicas, numa ótica de uma nova economia de escala criada nos baldios, celebrando para o efeito contratos-programa.

Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogo

Contatado o Município foi-nos dito que o programa municipal de execução de gestão integrada de fogos rurais, não existe, está em fase de elaboração

Será feito também o enquadramento tendo em conta o instrumento de planeamento florestal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e o POM.

Âmbito de intervenção das autarquias locais

1 - No âmbito do SGIFR, as autarquias locais, de acordo com as atribuições que lhes são conferidas por lei:

a) Contribuem para a construção de programas de ação sub-regionais que, respeitando as necessidades operacionais de cada território, sejam transpostos para o nível municipal, em sede de programa Municipal de execução;

b) Articulam o planeamento de gestão territorial com o programa municipal de execução a que se refere o artigo 35.º;

c) Mantêm inventário da rede de infraestruturas de abrigo e refúgio, rotas de evacuação, rede de pontos de água, grupos de bombagem, bases de apoio logístico e outras infraestruturas de apoio ao combate;

d) Procedem ao planeamento de soluções de emergência, visando a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações, incluindo os animais de companhia, presentes no município;

e) Executam ações de sensibilização e divulgação, conforme a estratégia global de comunicação pública;

f) Sensibilizam os municípios para as melhores práticas de prevenção e de autoproteção;

g) Implementam, à escala local, os programas de proteção de aglomerados populacionais e sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco, nomeadamente os programas «Aldeia segura» e «Pessoas seguras», em articulação com a ANEPC;

h) Promovem a expansão do programa «Condomínio de aldeia - programa de apoio às aldeias localizadas em territórios de floresta», em articulação com a DGT;

i) Verificam o estado de conservação e funcionamento de equipamentos de proteção e socorro e de operações florestais, próprios ou sob sua gestão, no âmbito dos incêndios rurais;

j) Regulam a gestão de combustível no interior de áreas edificadas, executam e mantêm as demais redes de responsabilidade municipal e asseguram a execução coerciva de deveres de gestão de combustível na rede secundária, nos termos estabelecidos no presente decreto-lei, reportando a sua operacionalidade e a informação das ações executadas;

- k) Pré-posicionam os meios de vigilância e deteção terrestres da sua responsabilidade, no âmbito dos Programas Municipais de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais, em articulação com a GNR;*
- l) Promovem a emissão e difundem, à escala local, comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social;*
- m) Apoiam o socorro à população, incluindo os animais de companhia;*
- n) Apoiam as populações na retoma das condições pré-evento;*
- o) Atuam na reposição de serviços;*
- p) Recolhem, registam e reportam à CCDDR territorialmente competente danos apurados em gestão de fogo rural e em proteção contra incêndios rurais que não envolvam recursos operacionais;*
- q) Fornecem informação de apoio à decisão e apoio logístico aos comandantes das operações de socorro;*
- r) Executam, à escala municipal, as intervenções da sua responsabilidade definidas nos programas sub-regionais de ação;*
- s) Inserem na planta de condicionantes dos planos territoriais as APPS delimitadas nos termos do artigo 42.º, bem como as servidões administrativas estabelecidas no âmbito do SGIFR, no quadro das respetivas dinâmicas de revisão ou de alteração;*
- t) Divulgam as APPS e as redes de faixas de gestão de combustível localizadas no respetivo território.*

2 - Os municípios, através da câmara municipal, podem contratualizar com as freguesias, ou delegar nestas, as competências necessárias para a execução de medidas previstas no número anterior, nos termos e com os limites estabelecidos na lei.

c. SRUP

Regime Florestal

A área da AIGP SICÓ não se encontra em regime florestal.

Áreas protegidas

Existe atualmente uma proposta dos municípios de SICÓ (ALVAIÁZERE, ANSIÃO, CONDEIXA-A-NOVA, PENELA, POMBAL e SOURE) para a criação de Paisagem Protegida Regional de Sicó

como área protegida de âmbito regional, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

A Paisagem Protegida Regional de Sicó abrange parcialmente a área da AIGP SICÓ e tem como objetivos:

- a) A proteção e conservação da natureza e da biodiversidade;
- b) A manutenção ou recuperação da paisagem e dos processos ecológicos que lhe estão subjacentes, promovendo as práticas tradicionais de uso do solo, os métodos de construção e as manifestações sociais e culturais;
- c) A conservação e valorização dos valores culturais presentes;
- d) O fomento de iniciativas que promovam a geração de benefícios para as comunidades locais, a partir de produtos ou da prestação de serviços;
- e) O usufruto sustentável do território, ao nível turístico, desportivo e de lazer;
- f) A criação de novas oportunidades para o lazer ao ar livre em equilíbrio com os valores naturais e culturais salvaguardados, através de parcerias público-privadas que preconizam um desenvolvimento sustentável;
- g) A conservação das espécies e habitats locais e a preservação do património natural e construído;
- h) A promoção de práticas científicas e educativas que conduzam a uma maior literacia ambiental, assim como da participação ativa da comunidade na conservação do território, numa perspetiva de desenvolvimento harmonioso e sustentável;
- i) A continuidade da implementação das medidas de conservação da natureza e biodiversidade locais;
- j) A proteção e conservação dos valores biofísicos, estéticos, paisagísticos e ecológicos das Terras de Sicó;
- k) O fomento, de forma equilibrada e sustentada, do desenvolvimento económico, social e cultural da região, incentivando e apoiando as atividades tradicionais, a recuperação de povoados e construções antigas de arquitetura tradicional, potenciando os recursos naturais e humanos;
- l) A promoção e a divulgação dos valores naturais, arquitetónicos, arqueológicos e estéticos, bem como a criação de condições para a divulgação destes valores, como polos de atração turística ou de lazer;
- m) A promoção de uma gestão integrada e participativa da paisagem protegida regional.

Rede Natura 2000 (ZPE+ZEC)

A área da AIGP SICÓ não se encontra em Rede Natura 2000, a Serra de Sicó tem uma área de rede natura, mas esta situa-se a oeste da AIGP.

Áreas classificadas ao abrigo compromissos internacionais assumidos pelo EP

Não existem áreas classificadas ao abrigo compromissos internacionais nesta área.

REN

1 - Sem prejuízo do estabelecido na legislação específica, os terrenos situados na REN estão sujeitos às interdições seguintes:

- a) Operações de loteamento;
- b) Obras de urbanização;
- c) Vias de comunicação e acessos;
- d) Construção de edifícios;
- e) Aterros e escavações;
- f) Destruição do coberto vegetal e da vida animal;
- g) Instalação de parques de sucata, nitreiras, lixeiras e de materiais de construção civil ou de combustíveis;
- h) Instalação de painéis publicitários.

Regulamentação de uso de espaços florestais inseridos na REN

1 - São interditos para os terrenos situados dentro da REN, e sem prejuízo no referido na legislação específica, os seguintes atos:

- a) Operações de loteamento;
- b) Obras de urbanização;
- c) Vias de comunicação e acesso;
- d) Construção de edifícios;
- e) Aterros e escavações;
- f) Destruição do coberto vegetal e da vida animal;
- g) Instalação de parques de sucata, nitreiras, lixeiras e de materiais de construção civil ou de combustíveis;
- h) Instalações de painéis publicitários.

2 - Excetua-se das interdições anteriormente referidas todas as ações que pela sua dimensão e natureza não comprometam os ecossistemas referenciados no respetivo cartograma.

Edificabilidade em espaços florestais inseridos na REN

1 - É permitida a edificação em espaços florestais, inseridos na REN (apenas nos terrenos com risco de erosão e com inclinações inferiores a 25 %), desde que obtenham prévio parecer da

Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais e da Câmara Municipal. Nestes casos, as construções ficam sujeitas aos seguintes condicionalismos:

Área mínima do terreno - 10 000 m²;

Índice de utilização líquido máximo - 0,025;

Superfície máxima de pavimento - 300 m²;

Cércea máxima - dois pisos ou 6 m;

Impermeabilização máxima do terreno - 10 %;

Destino da construção habitação unifamiliar ou anexo de apoio à atividade agrícola ou florestal;

Existência de serventia de acesso com ligação a uma via nacional ou municipal.

2 - Excetuam-se as áreas da zona da serra (a sudoeste da EN 1), para as quais os condicionalismos de construção são os seguintes:

Finalidade da construção - instalação agroindustrial, turística ou outras que se insiram no projeto de desenvolvimento integrado da serra;

Área mínima do terreno - 10 000 m²;

Área arborizada 0,5 da área do terreno;

Índice de utilização líquido máximo - 0,03;

Área impermeabilizada máxima - 0,10 da área do terreno;

Cércea máxima - dois pisos.

RAN

1 - Em áreas da RAN são proibidas todas as ações que diminuam as potencialidades agrícolas dos terrenos classificados, nomeadamente as referidas no Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho.

2 - Excetuam-se as ações a estas interdições que vêm expressas no mesmo decreto-lei, as quais só serão permitidas desde que autorizadas pela Comissão da Reserva Agrícola Regional.

3 - É permitida a construção de habitação do agricultor, instalações e infraestruturas de apoio à exploração agrícola, turismo rural e agroturismo desde que enquadradas nos seguintes condicionalismos e que não se incluam em terrenos da REN:

Área mínima do prédio rústico - unidade mínima de cultura;

Índice de utilização líquido máximo - 0,025;

Superfície máxima de pavimento - 500 m²;

Cércea máxima - dois pisos, com altura máxima de 6 m;

Existência de água e eletricidade (a cargo do proprietário) e acesso público pavimentado (mínimo - macadame).

4 - Nos prédios com áreas inferiores à unidade mínima de cultura e superiores a 5000 m², só se admitirá a edificação de pequenas construções de apoio à atividade agrícola, sendo obrigatório o cumprimento dos seguintes índices:

Cércea máxima - dois pisos com altura máxima de 6 m;

Índice de utilização líquido máximo - 0,01;

Área máxima de pavimento - 150 m².

Empreendimentos hidroagrícolas

Não existe empreendimentos hidroagrícolas, mas segundo o PDM de Soure as servidões e restrições na Proteção a nascentes e linhas de água, redes de captação, adução e distribuição de água:

1 - Sem prejuízo do estabelecido na legislação específica e fora dos aglomerados urbanos, é interdito:

a) Instalar ou construir, num raio de 200 m à volta dos furos de captação, qualquer estrutura capaz de provocar poluição dos aquíferos, nomeadamente fossas sumidouras, depósitos de sucata, lixeiras de resíduos domésticos ou industriais e lagares;

b) Instalar construções num raio de 10 m dos reservatórios;

c) Plantar árvores numa faixa de 2 m para cada um dos lados das condutas;

d) No interior dos aglomerados urbanos as interdições serão consideradas caso a caso.

2 - Faixa de proteção próxima - é definida uma faixa de proteção próxima dos 50 m em torno dos limites exteriores das captações; furos ou drenos. Esta faixa de proteção próxima deverá ser interdita à construção e deverá ser delimitada por vedação e é interdita a entrada de animais ou pessoas estranhas ao serviço. Dentro desta faixa não devem existir depressões onde se possam acumular águas pluviais, linhas de água não revestidas que possam ocasionar infiltrações, fossas ou sumidouros de águas negras, de habitações, de instalações industriais e de culturas adubadas ou estrumadas.

3 - Faixa de proteção à distância - é definida uma faixa de proteção à distância, com pelo menos 200 m em torno das captações, onde não devem existir sumidouros de águas negras abertos na camada aquífera captada, estações de fornecimento de combustíveis, captações na mesma formação aquífera, rega com águas negras, atividades poluentes, nem construção urbana a menos que estas sejam providas de esgotos e que sejam conduzidas para fora da

zona de proteção a jusante das captações e onde haja garantia de não haver qualquer contaminação do solo por materiais poluentes.

Linhas de alta tensão

As áreas de proteção às linhas acima referidas deverão cumprir o referido na legislação específica., de acordo com a alínea i) do nº 4 do artigo 49º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, “No caso de linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão e em alta tensão, a gestão do combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados” é da responsabilidade das entidades responsáveis pelas infraestruturas.

Na AIGP SICÓ encontra-se uma linha de alta tensão cuja extensão é 2750 m, aproximadamente, verificando-se que foi objeto de controlo da vegetação espontânea na FGC.

Antenas

Na área da AIGP SICÓ encontramos o parque eólico das Degraças que é constituído por 11 aerogeradores .

Orientações e referências normativas que a empresa segue relativamente à gestão das FGC existentes (ou envolventes) nos seus Parques:

Enquadramento Legislativo

- i) *Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais - (“DL 82/21”). Este diploma será desde já aplicável no caso de Parques abrangidos por planos municipais aprovados posteriormente a 13 de outubro de 2021. Relativamente aos restantes Parques, manter-se-á em vigor o regime constante do DL 124/2006, sendo, contudo, desde já aplicável o DL 82/21 na parte relativa à Secção III do seu Capítulo IV, ou seja, no que toca a Servidões Administrativas, Execução Coerciva e em Terrenos Alheios;*
- ii) *Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho – Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (“DL 124/06”), por força do disposto na alínea c) do Artigo 80º e nos termos dos nºs. 1, 2, 3 e 4 do Artigo 79.º do DL 82/2021, ou seja, no caso de Parques abrangidos por planos municipais que estivessem em vigor à data de 13 de outubro de 2021 (caso em que são prorrogados até final de 2024) ou*

que caducassem entre 1 de janeiro de 2021 e 13 de outubro de 2021 (caso em que são prorrogados até final de 2022);

- iii) Anexo ao DL 124/06 relativo a Critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível (na versão dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2018), por força do n.º 7 do artigo 79.º do DL 82/2021, ou seja, até que seja publicado um Regulamento próprio a emitir pelo ICNF;*
- iv) Regulamento do ICNF relativo às normas técnicas a observar para a Gestão de Combustível (Nos termos do artigo 47.º, n.º 3, será aprovado um Regulamento pelo ICNF que regulará as técnicas de gestão de combustível. De acordo com informação do ICNF, encontra-se já aprovado pelo Conselho Diretivo e a sua publicação está para breve.)*

O atual regime jurídico aplicável à prevenção de incêndios deve ser, por enquanto, feito por conjugação entre o DL 124/06 e o DL 82/21, na medida em que, até final de 2024, vigorará um regime transitório que implica a observância de ambos os diplomas.

De acordo com referido regime transitório que decorre do artigo 79.º, 80.º e 81.º do DL 82/21, as normas do anterior DL 124/06 deverá aplicar-se: (i) até final de 2022, relativamente aos Parques abrangidos por Planos Municipais que pudessem ter caducado entre 1 de janeiro de 2021 e 13 de outubro de 2021; e (ii) até final de 2024 relativamente aos Parques que à data de 13 de outubro de 2021 estivesse ainda em vigor.

Sem prejuízo do regime transitório, as normas constantes da Secção III do Capítulo IV do DL 82/21 (Servidões Administrativas, Execução Coerciva e Execução em Terrenos Alheios) são desde já aplicáveis.

Critérios para a gestão de combustíveis (de acordo com o definido no Anexo ao Decreto-Lei n.º 124/2006 até publicação do Regulamento do ICNF previsto no artigo 47.º/3 do DL 82/21):

- 1. No interior das Edificações, conforme definição anterior, não deverá existir qualquer estrato arbustivo ou arbóreo, com exceção do previsto no ponto 5 abaixo;*
- 2. Na FGC, as copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da Edificação;*
- 3. Na FGC, a distância entre as copas das árvores (estrato arbóreo) deverá ter um:*

- a. *Mínimo de 10 m, em povoamento de pinheiro-bravo e eucalipto;*
 - b. *Mínimo de 4 m, nos restantes povoamentos;*
4. *Nas FGC, deverá proceder-se à desramação, em todos os tipos de povoamento arbóreo em:*
 - a. *50% de altura da árvore até que atinja os 8 m de altura;*
 - b. *Mínimo de 4 m acima do solo para árvores com altura superior a 8 m;*
5. *O corte ou poda de sobreiros e azinheiras tem de ser previamente autorizado pelo ICNF, IP através do envio de um requerimento. O corte total ou parcial de azevinho espontâneo é proibido;*
6. *Nas FGC, a altura máxima da vegetação do estrato arbustivo não pode exceder os 50 cm;*
7. *Nas FGC, a altura máxima da vegetação do estrato subarbustivo (herbáceo) não pode exceder os 20 cm;*
8. *Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício;*
9. *Não poderá ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis;*
10. *Exceções aos critérios e regras nas FGC:*
 - a. *No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, deve ser garantida a preservação do arvoredor. Aplicando-se uma faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada lado;*
 - b. *Excecionalmente, no caso de arvoredor de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício;*

- c. *A comissão municipal de defesa da floresta pode aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis caso abranja arvoredos classificados de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredos com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredos e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000.*

Marcos Geodésicos

Na área da AIGP SICÓ não se encontram marcos geodésicos.

Sítios arqueológicos

Na área da AIGP SICÓ não se encontram Sítios arqueológicos.

Domínio hídrico

O domínio hídrico abrange as águas, seus leitos e margens e pode ser público ou privado, sujeito a servidões de uso público, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente. Constituem o domínio hídrico:

- a) As linhas de água não navegáveis nem fluviáveis, nomeadamente torrentes, barrancos e correios de caudal descontínuo, e respectivas margens, com a largura de 10 m, contados a partir do limite do leito em condições de cheias médias;
- b) As margens do mar e de restantes águas sujeitas à influência das marés, com a largura de 50 m, contados a partir da linha de máxima preia-mar de águas vivas equinociais;
- c) As linhas de água navegáveis ou fluviáveis e respectivas margens, com a largura de 30 m, contados a partir do limite do leito em condições de cheias médias.

As linhas de água existentes na área da AIGP SICÓ de maior expressão são na aldeia de Tapéus são cursos de água não navegáveis nem fluviáveis, são de nível 4º de importância (classificadas de 1º nível ao 4º nível, por ordem decrescente de importância).

Outros regimes relevantes para a gestão: cinegética e zonas de pesca

Na área da AIGP SICÓ não existem nem estão previstas zonas de pesca, até porque a escassez de água é visível.

Existem duas zonas de caça associativa:

- Ecosucesso Associação, zona de caça associativa de Tapéus,
- Zona de caça associativa de Degracias e Pombalinho;

Ambas foram contactadas por parte de entidade gestora, para saber quais as necessidades, as alterações a efetuar no futuro em termos de caça. No que se refere à caça, o reordenamento está a ser delineado indo de encontro aos seus objetivos e necessidades.

d. Planos de gestão Florestal

Na área da AIGP SICÓ não temos conhecimento de nenhum PGF válido. A ZIF Soure-Sicó não tem ainda PGF e os Baldios da Degracias não o renovaram.

A4. Ações de divulgação e de acompanhamento

Primeiro foram realizadas reuniões com o Município de Soure para definirmos a estratégia, quais as ações a realizar. Posteriormente foram contactados os presidentes de junta de freguesia para dar conhecimento deste projeto.

Foi solicitado aos presidentes de junta divulgar junto dos seus fregueses.

Em Abril foi divulgada a AIGP nas juntas de freguesias e no município, para dar conhecimento à população Sourense da criação da AIGP. Foi enviada informação da criação da AIGP por e-mail e realizados contactos telefónicos a alguns proprietários conhecidos.

Foram realizadas 2 sessões de divulgação da AIGP, uma em Tapéus e outra em Degracias. Foi também realizada uma reunião do BUPI nas Degracias onde se aproveitou para divulgar também a AIGP.

Foram agendadas e efetuadas sessões individuais de atendimento aos proprietários para divulgar a AIGP, dar a conhecer o projeto e as suas vantagens. Também aproveitamos para conhecer as propriedades dos presentes, de forma a ter um conhecimento do prédio, as suas características, o que tinham instalado anterior e atualmente e a utilização que pretendem para o futuro. Estas ações continuam a ser realizadas.

Foram criados folhetos de divulgação da AIGP e afixados na sede da Saurium Florestal, nas freguesias de Tapéus e União das Freguesias de Degraças e Pombalinho, nos locais normais de afixação, assim como, cafés, minimercados, ecopontos, paragens de autocarro e outros.

Nas freguesias anteriormente referidas foram também colocados folhetos, nas caixas de correio pelo voluntariado jovem.

Na FATA CIS (Feira anual de S. Mateus em Soure), de 15 a 19 de Setembro, no Stand do Município foi feita a divulgação da AIGP com folhetos.

A AIGP SICÓ foi publicitada nos jornais: Terras de Sicó, Beiras, O Popular de Soure e Notícias de Coimbra.

As sessões foram organizadas pela Saurium Florestal em parcerias com as Juntas de Freguesia e o Município.

Continuamos a averiguar quais os proprietários que tem prédios nesta área, os que já fizeram o BUPI no balcão e a entidade gestora não tem conhecimento e os que ainda não fizeram a georreferenciação dos seus prédios.

B. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

As ações definidas propostas são para toda a área do projeto, mas carecem da autorização do proprietário, para que as possamos implementar no terreno.

Foram definidas de acordo com as culturas já existentes, as características do terreno, a percentagem de pedregosidade, o declive, a percentagem do solo arável, etc.

a. Descrição das unidades de intervenção

Para o reordenamento da AIGP SICÓ propõem diversas ações de modo a valorizar e rentabilizar a paisagem, nomeadamente:

A- Valorização do uso atual, agrícola, pastagem;

AL- Área reservada para alargamento da pedreira;

C- plantação de carvalho, compasso 3.00 m X 3.00 m (densidade 1111 plantas/hectare), zona com afloramento rochosos, muita pedra, muito mato e declive inferior a 25%;

C1- carvalhos a desbastar e desramar, controlo da vegetação espontânea, estas parcelas estão inseridas na FGC ao aglomerado, compasso 6.00 m x 6.00 m. O valor do custo das operações a realizar foi calculado segundo as tabelas de CAOF;

C2- preservação dos carvalhos existentes e bem desenvolvidos, adensamento com carvalho, plantação em cerca de 60% da área, a um compasso de 4.00 m X 3.00 m (densidade 833 plantas/hectare) e controlo da vegetação espontânea;

C3- aproveitamento dos carvalhos existentes, desbastar, desramar e controlo da vegetação espontânea;

C4- plantação de carvalho e preservação dos existentes, compasso 3.00 m X 3.00 m (densidade 1111 plantas/hectare), terreno muito inclinado e com pedregosidade;

CH- choupo a preservar, seleção de varas, controlo da vegetação;

E1- preservação das áreas de eucalipto;

M- Manter a ocupação, proteção do solo e controlo da vegetação espontânea;

Ma- Manter, FGC às linhas de transporte de energia e rede viária, gestão é realizada pelas entidades responsáveis;

M1- plantação de medronheiro a compasso 4.00 m X 3.00 m, limpeza do terreno, abertura de covas mecanizada;

M2- preservação do carvalho existente e com melhor porte, plantação de medronheiro a um compasso de 4.00 m X 3.00 m, controlo da vegetação e abertura de cova mecanizada;

- MO-** plantação de medronheiro nas FGC, compasso 6.00 m X 6.00 m, controlo da vegetação, abertura de cova mecanizada;
- O-** instalação de olival a um compasso de 4.00 m X 4.00 m, lavoura do solo, plantação;
- O1-** preservação dos carvalhos, adensamento em 50% da área com olival, a um compasso de 5.00 m x 5.00 m;
- O2-** Plantação de olival, densidade 400 plantas/hectare, o solo apresenta muitos afloramentos rochosos e pedregosidade, optou-se pela limpeza manual e abertura de covas com broca;
- O3-** Instalação de olival, prevendo-se a instalação de 400 plantas por hectare (5.00 m X 5.00 m) zona com muita pedra. Limpeza manual da vegetação espontânea e abertura de covas com broca;
- OP-** adensamento do olival, compasso de 5.00 m X 5.00 m, controlo da vegetação espontânea, abertura de covas mecanizada, e sementeira de pastagem;
- PA-** instalação de pastagens e desmatação do solo;
- PA1-** instalação de pastagens com lavoura do solo;
- PB-** pinheiro-bravo FGC, aproveitamento da regeneração natural, desbaste, compasso 12.00 m x 12.00 m, o declive é inferior a 25%;
- PB1-** pinheiro-bravo, aproveitamento da regeneração natural, desbaste, compasso 3.00 m x 2.00 m e com adensamento;
- PB2-** plantação de pinheiro-bravo a compasso 3.00 m X 2.00 m, mobilização do solo por ripagem;
- PB3-** pinheiro-bravo, preservação;
- PB4-** plantação de pinheiro-bravo, compasso de 3.00 m X 2.00 m, zona com afloramentos rochosos e pedregosidade, controlo da vegetação manual e abertura de covas com broca;
- PBC-** aproveitamento da regeneração natural de pinheiro-bravo e cedros;
- PM-** plantação de pinheiro-manso, compasso 6.00 m X 6.00 m, limpeza do solo e abertura de covas mecanizada devido ao solo;
- PM1-** plantação de pinheiro-manso a um compasso de 6.00 m X 6.00 m, mobilização do solo por ripagem;
- PMC-** preservação dos carvalhos de maior porte, plantação de pinheiro-manso compasso 5.00 m X 4.00 m, mobilização do solo por ripagem;
- PR-** preservação de pinheiro-radiata;

SO- preservação de carvalho e plantação de sobreiro, compasso 5.00 m x 4.00 m, limpeza manual e abertura de covas mecanizada;

SO1- FGC ao edifício, plantação de sobreiro, compasso de plantação 6.00 m X 6.00 m, limpeza manual e abertura de covas mecanizada

V- vinha manutenção;

VE- preservação das espécies arbustivas existentes.

No que se refere à rede viária florestal (RVF) pretende-se intervir na beneficiação de 2 caminhos e na construção de outro.

- Manutenção de um caminho com alargamento na freguesia de Tapéus, com uma extensão de aproximadamente 1541 m;

- Construção de um caminho na freguesia de Tapéus, situado numa zona com muito afloramento rochoso, pedregosidade e uma inclinação acentuada, numa extensão de aproximadamente 878 m;

- Manutenção de um caminho, sem alargamento, na União de Freguesias das Degracias e Pombalinho com uma extensão de aproximadamente 1012 m.

Pretende-se também instalar dois bebedouros, um na União de Freguesias das Degracias e Pombalinho, próximo da capela de Santo António, na zona de caça das Degracias e outro na freguesia de Tapéus.

B.1 - UNIDADES DE INTERVENÇÃO

UI	Tipo de Intervenção	Operações						Ocupação atual do solo(COS)	Ocupação do solo Proposta	Função Principal Proposta	Dimensão		
		Grupo	Operações	Grupo	Operações	Grupo	Operações				Área (ha)	Extensão (m)	Volum e (m3)
A	Valorização	T6a	Manutenção RV,muito degradado, <25%	U1	Charca com impermeabilização			Agrícola, pastagem	Agrícola, pastagem	Produção	307.51	128	3
AL	Valorização							Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	Conservação	6.48		
C	Reconversão	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	H6	Plantação de outras folhosas			Floresta de pinheiro-bravo, floresta de outras folhosas, matos	Floresta/Carvalho	Produção	58.29		
C1	Valorização	OR16	Controlo da vegetação, desbastes e desramação					Floresta de pinheiro-bravo, floresta de outros carvalhos, matos	Floresta/Carvalho	Proteção	13.70		
C2	Valorização	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	H6	Plantação de outras folhosas			Florestas de outros carvalhos	Floresta/Carvalho	Conservação/Proteção	13.43		
C3	Valorização	OR13	Controlo de vegetação	L3	Redução densidade			Florestas de outros carvalhos	Floresta/Carvalho	Conservação	3.31		
C4	Valorização	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	H6	Plantação de outras folhosas			Florestas de pinheiro-bravo, florestas de outros carvalhos	Floresta/Carvalho	Produção	4.40		
CH	Valorização	P1	Desmatção + Máquina pesada	L6a	Seleção de varas			Florestas de outras folhosas	Floresta/choupo	Produção	0.42		
E1	Valorização	T6a	Manutenção RV,muito degradado, <25%					Florestas de eucalipto	Floresta/Eucalipto	Produção	55.97	311	
M	Valorização	T6a	Manutenção RV,muito degradado, <25%	T6b	Manutenção RV,muito degradado, >25%	T4b	Construção RV, >25%	Florestas de pinheiro bravo, matos e pastagens espontâneas	Floresta/pinheiro-bravo; SAF; Olivais; Matos ; Pastagens espontâneas	Proteção/Silvopastoricia	131.28	134+ 422+ 349= (905)	
M1	Reconversão	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	Q27a	Plantação de medronheiro			Florestas de pinheiro bravo, matos, olivais	Floresta/Medronheiro	Produção	18.16		
M2	Reconversão	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	Q27a	Plantação de medronheiro	T5a	Manutenção rede viária, <25%	Florestas de pinheiro-bravo, florestas de outros carvalho e matos	Floresta/Medronheiro	Produção	26.01	453	
Ma	Valorização	Or16	Controlo da vegetação, desbastes e desramação	T6a	Manutenção RV,muito degradado, <25%			Florestas de pinheiro-bravo, florestas de outros carvalho, matos e olival	Floresta/Carvalhos, pinheiro bravo; matos; olival	Proteção	13.33	14	
MO	Reconversão	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	Q27a	Plantação de medronheiro			Matos, Pastagens espontâneas	Floresta/Medronheiro	Proteção	18.36		
O	Valorização	P3	Lavoura profunda + Trator com destroçador	Q1b	Plantação olival			Matos	Agrícola/Olival	Produção	0.55		
O1	Valorização	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	Q1b	Plantação olival			Florestas de outros carvalhos, olivais	Agrícola/Olival	Produção/Proteção	4.93		

O2	Reconversão /Valorização	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	Q1b	Plantação olival			Matos, agricultura e olival	Agrícola/Olival	Produção/Proteção	26.50		
O3	Valorização/Reconversão	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	Q1a	Plantação de olival	T5a	Manutenção rede viária, <25%	Matos, Olivais, Florestas de pinheiro bravo	Agrícola/Olival	Produção	45.43	559	
OP	Reconversão	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	Q1b	Plantação olival	N2a	Sementeira pastagem	Matos	Agrícola/olival/pastagem	Silvopastoricia	14.03		
PA	Reconversão /Valorização	N2b	Sementeira convencional de pastagens					Pastagens espontâneas, Matos e Florestas de pinheiro-bravo	Pastagens melhoradas	Silvopastoricia	59.68		
PA1	Valorização	N2a	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro	P3	Lavoura profunda + Trator com destróador			Pastagens espontâneas	Pastagens melhoradas	Silvopastoricia	0.92		
PB	Valorização	J2a	Aproveitamento regeneração natural					Florestas de pinheiro bravo	Floresta/Pinheiro-bravo	Proteção	2.36		
PB1	Valorização	J1a	Aproveitamento regeneração natural com adensamento					Florestas de pinheiro bravo	Floresta/Pinheiro-bravo	Produção	12.49		
PB2	Valorização	D2a	Limpeza de matos e Ripagem	I2	Plantação pinheiro-bravo	T6a	Manutenção RV, muito degradado, <25%	Florestas de pinheiro bravo	Floresta/Pinheiro-bravo	Produção	10.28	532	
PB3	Valorização	OR25	Preservação					Florestas de pinheiro bravo	Floresta/Pinheiro-bravo	Produção	1.27		
PB4	Reconversão /Valorização	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	I2	Plantação pinheiro-bravo	T4b	Construção RV, >25%	Florestas de pinheiro bravo	Floresta/Pinheiro-bravo	Produção	49.37	529	
PBC	Valorização	J2b	Aproveitamento regeneração natural					Florestas de pinheiro bravo e matos	Floresta/resinosas	Proteção	32.38		
PM	Reconversão	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	I3	Plantação pinheiro-manso			Matos	Floresta/Pinheiro-manso	Produção	16.28		
PM1	Reconversão	D2a	Limpeza de matos e Ripagem	I3	Plantação pinheiro-manso			Agrícola/Olival e pastagens	Floresta/Pinheiro-manso	Produção	1.08		
PMC	Reconversão	D2a	Limpeza de matos e Ripagem	I3	Plantação pinheiro-manso			Florestas de pinheiro bravo, Florestas de outros carvalhos	Floresta/Pinheiro-manso	Produção	4.59		
PR	Valorização	Or25	Intervenções de silvicultura prev. e de gestão					Florestas de outras resinosas	Floresta/Pinheiro-radiata	Produção	1.57		
SO	Reconversão	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	H4	Plantação sobreiro			Florestas de outros carvalhos, matos e olivais	Floresta/Sobreiro	Produção	68.17		
SO1	Reconversão	G2	Limpeza e abertura de covas com broca	H4	Plantação sobreiro			Matos	Floresta/Sobreiro	Proteção	0.46		
V	Valorização							Agrícola/Vinha	Agrícola/Vinha	Produção	2.33		
VE	Valorização		Preservação dos arbustos					Vegetação esparsa	Vegetação esparsa	Conservação	3.36		
AREA GLOBAL INTERVENCIÓNADA (ha)											1028.69		3

B2. Modelo de exploração florestal

As superfícies agroflorestais (SAF) são constituídas por pinheiro-bravo e oliveiras, ambos adultos. Pretende-se preservar estas espécies e fazer podas de renovação nas oliveiras para que sejam mais rentáveis economicamente. Estas áreas ficam já na encosta, com declives acentuados e o solo apresenta muitos afloramentos rochosos e pedregosidade, o que implica que qualquer manutenção tenha que ser manual, o que encarece os custos destas áreas.

Os pinheiros existentes serão preservados para proteção e beneficiação das encostas, com o objetivo da sua semente renovar a área de pinhal, apenas serão retirados os pinheiros caducos e doentes.

Os modelos de exploração florestal são os definidos no PROFCL, assim como as espécies também são as definidas no PROF CL para esta sub-região homogénea, Sicó e Alvaiázere.

As áreas de matos tem a função de proteção contra a erosão eólica, será feito o controlo da vegetação espontânea, mas as espécies arbustivas serão preservada e não haverá mobilização do solo.

Os carvalhos são uma espécie a preservar nesta zona, contribuem para o aumento da biodiversidade, preservação do solo e servem de refúgio muitos animais, como o coelho e aves.

Nas áreas florestais a gestão será feita de acordo com as tabelas abaixo.

MODELO DE GESTÃO PARA PINHEIRO BRAVO

		Descrição da Intervenção
Instalação	Regeneração Natural	Em povoamentos já instalados, é assegurada por assentamento de cortes sucessivos ou cortes de sementeira. É o método de instalação que pressupõe menores custos. Geralmente é abundante, contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável. O sucesso depende das características da estação.
	Sementeira	Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos. Em linhas, entre outubro e novembro, às primeiras chuvas, sobretudo nas situações mais secas.
	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas. É o método mais usado entre nós. Em linhas, entre outubro e novembro. Densidade inicial: entre 1300 e 1700 plantas por hectare.
Limpeza de Mato		Realizar com o objetivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. A efetuar manualmente nas linhas de plantação.
Limpeza de Mato suplementar		Tem como objetivo reduzir o risco de incêndio. Realizar quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
Limpeza de povoamento		Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
Desramação		Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. Desramação das árvores selecionadas previamente como árvores de futuro, feita até aos 3-4 m de altura. Realizar em 2 a 3 intervenções. Desramam-se árvores com DAP compreendido entre os 10 e os 15 cm. Não se devem cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base. Na segunda desramação faz-se a escolha definitiva das árvores de futuro, até 300-500 por hectare.
Desbaste		Obtenção de receitas intermédias e seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Remover árvores mortas, doentes e de pior qualidade (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical).
Corte de realização		Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento. A realizar entre os 40 e os 70 anos, dependendo do objetivo e da qualidade da estação. Densidade final: entre 300 a 500 árvores por hectare.

(SB2) – Povoamento puro de Sobreiro, objetivo principal produção de cortiça em regime silvopastoril

INTERVENÇÃO		DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
INSTALAÇÃO	REGENERAÇÃO NATURAL	Em povoamentos já instalados, é assegurada por assentamento de cortes sucessivos ou cortes de sementeira. É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável. O sucesso depende das características da estação.
	SEMENTEIRA	A realizar no repouso vegetativo, entre outubro e novembro, às primeiras chuvas, em zonas de verão mais seco, ou até mais tarde em situações mais chuvosas. Não é viável quando existe o risco das sementes serem consumidas por animais.
	PLANTAÇÃO	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-específica precoce. Realizar no período de repouso vegetativo. Densidade inicial entre 400 e 700 árvores por ha.
LIMPEZA DE MATO		Inicialmente controlar apenas em redor das plantas, pelo efeito protetor da vegetação acompanhante. Como há instalação de pastagem não serão necessárias muitas limpezas.
PODA DE FORMAÇÃO		Remover todos os ramos laterais até uma altura de 3m, não retirando mais de 30% da copa viva, com o objetivo de promover o crescimento dum fuste mais direito e contribuir para uma copa mais equilibrada. Em sobreiros adultos, restringir à supressão de ramos.
DESRAMAÇÃO		Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. A efetuar nas plantas com tendência para ramificar junto ao solo. Não ultrapassar 1/3 da altura total da árvore.
DESBASTE		O objetivo consiste em proporcionar condições de desfogo necessárias às árvores de futuro. Deve retirar-se as árvores defeituosas, doentes, debilitadas e as que estiverem em concorrência com as mais bem conformadas e com as melhores produtoras de cortiça. Grau de coberto das copas após desbaste: 30% a 40%.
INSTALAÇÃO DE PASTAGEM		De aveia ou outra, com gradagem no Inverno, para limpeza e enterramento da vegetação espontânea, e adubação (NP) na Primavera, seguida da sementeira da aveia e uma gradagem para enterrar a semente. Fazem-se várias instalações com alguns anos de diferença. Pode optar-se por instalação de pastagem permanente.
DESBÓIA E DESCORTIÇAMENTO		O PAP (perímetro do tronco a 1.30 m do solo) mínimo é de 70 cm e a altura máxima a descorticar não pode exceder o dobro do PAP. Respeitar as alturas máximas de descorticação e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor. O intervalo mínimo entre descorticações é de 9 anos.
PODA DE MANUTENÇÃO		Efetua-se com objetivos sanitários, removendo-se os ramos secos e enfraquecidos, ou para melhorar a iluminação interna da copa. Efetuar sempre que necessário e nunca nos 3 anos imediatamente anteriores ou posteriores ao descorticação.

NOTA: Pode haver situações em que seja possível o aproveitamento do lenho de árvores abatidas para peças de serração.

2.1.4.1 (EC1) – Povoamento puro de Eucalipto, em talhadia, objetivo principal produção de lenho para rotação

Intervenção	Descrição da intervenção
Instalação por plantação	A aplicar no início da primeira rotação, ou seja, na instalação do povoamento. No início do outono, permitindo um bom desenvolvimento radicular, mas expondo a geadas e encharcamentos. Quando realizada a partir de meados de fevereiro, a plantação é mais homogénea e com menores custos, mas o sistema radicular pode não estar totalmente desenvolvido no verão. Densidade inicial: 1100 a 1400 árvores por hectare.
Limpeza de mato	Com o objetivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. A realizar no fim da primavera, caso o grau de infestação justifique economicamente o seu controlo. Mobilizar superficialmente o terreno entre as linhas de plantação. Completar com mondas à volta das pequenas árvores.
Limpeza de mato	Com o objetivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. A realizar no fim da primavera, caso o grau de infestação justifique economicamente o seu controlo. Mobilizar superficialmente o terreno entre as linhas de plantação. Completar com mondas à volta das pequenas árvores.
Adubação de manutenção	A fazer ao longo da vida do povoamento e também consoante as carências existentes na estação em causa. Geralmente é efetuada aquando a limpeza de mato.
Desbaste das toijas (2ª e 3ª rotação)	Escolher, cerca de um ano e meio após o corte, as varas que deverão ficar até ao fim da revolução. Conveniente deixar 1 a 3 varas por toija, escolhidas de entre as mais vigorosas, para compensar eventuais perdas. A época de corte recomendável é o período de repouso vegetativo, pois minimiza a mortalidade das toijas. Devem sobretudo ser evitadas as épocas húmidas e quentes, pelo risco de surgirem fungos.
Corte final das toijas	A fazer preferencialmente quando a árvore está em estágio de dormência total.

(CC) - Povoamento puro de Carvalho cerquinho, em alto fuste, objetivo principal produção de lenha e/ou lenho

Intervenção		Descrição da intervenção
Instalação	Regeneração natural	Em povoamentos já instalados, é assegurada por assentamento de cortes sucessivos ou cortes de sementeira. É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável. Quando existe, deve ser aproveitada. O sucesso depende das características da estação.
	Sementeira	Preferível no período de outono. Não é viável quando existe o risco das sementes serem consumidas por animais. A germinação pode ser irregular. Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos.
	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-específica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas. No outono, após as primeiras chuvas. Densidade inicial: entre 800 e 1100 árvores por hectare.
Limpeza de mato		A realizar quando a vegetação infestante entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Realizar manualmente, nas linhas de plantação. A efetuar quando as árvores têm entre 1 a 6 m de altura total.
Limpeza do povoamento		Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento. A efetuar quando as árvores têm entre 3 a 6 m de altura total.
Poda de formação		A realizar nas plantas mais vigorosas e melhor conformadas, bem distribuídas no povoamento, até um máximo de 400 por hectare. Pode efetuar-se em duas passagens: a 1ª quando as árvores têm entre 1,5 e 2 m de altura, a 2ª quando as árvores têm cerca de 3 m.
Desramação		A aplicar após uma pré-seleção das árvores de futuro, no máximo de 300 por hectare, com o objetivo de melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo. Suprimem-se os ramos de baixo para cima em 3 operações sucessivas, espaçadas no tempo, quando as árvores têm uma altura média entre os 3 e os 12 metros. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 a 1/2 da altura total.
Desbaste		A iniciar simultaneamente com uma nova seleção de árvores de futuro (60 a 100 por hectare). Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Os primeiros desbastes deverão ser desbastes seletivos pelo alto mistos, retirando 15 a 25% das árvores no primeiro e 25 a 30% nos seguintes. Mais tarde deverão ser desbastes seletivos pelo baixo, com a preocupação de não danificar os indivíduos provenientes da regeneração natural, conduzindo o povoamento para uma densidade final de 70 a 90 árvores por hectare. Devem iniciar-se cerca dos 20 anos e repetir-se a intervalos de cerca de 10 anos, eventualmente mais espaçados a partir dos 60 anos.
Corte de realização		A realizar entre os 100 e os 120 anos de idade, em 70 a 100 árvores por hectare. A altura total das árvores poderá atingir cerca de 30 m. Se o objetivo for aproveitar a regeneração natural a modalidade de corte raso pode não ser a mais indicada, podendo privilegiar-se os cortes sucessivos, ou uma modalidade de corte com reservas (15 a 20 árvores por hectare, para preservar árvores velhas que desenvolvam cavidades para abrigo da fauna).

NOTA: • lenho tem reduzido aproveitamento comercial, tendo a sua utilização sido no passado de uso artesanal pelas próprias explorações agrícolas.

(MD) - Povoamento puro de Medronheiro, em alto fuste, objetivo principal produção de fruto

INTERVENÇÃO		DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
INSTALAÇÃO	REGENERAÇÃO NATURAL	É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável ou no caso de existir herbivoria. O sucesso depende das características da estação.
	SEMENTEIRA	Não é viável quando existe o risco das sementes serem consumidas por animais. A germinação pode ser irregular. Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos. A realizar no período de repouso vegetativo.
	PLANTAÇÃO	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Permite a utilização de plantas melhoradas. Entre outubro e novembro, a compasso retangular ou segundo as curvas de nível. Densidade inicial: 150 a 600 plantas por hectare, consoante haja ou não coberto arbóreo anterior no mesmo espaço e dependendo da densidade deste.
LIMPEZA DE MATO		Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas.
PODA DE FORMAÇÃO		A realizar a partir do 2º ano: atarraque moderado dos ramos verticais, de modo a dar à copa uma forma arredondada. A continuar em podas de conformação, mais espaçadas (ver abaixo).
PODA DE MANUTENÇÃO		Eliminar os ramos débeis ou secos regularmente, de 5 em 5 anos, incluindo os da base da copa (desramação).
PODA DE CONFORMAÇÃO		Atarraque moderado dos ramos verticais, de modo a dar à copa uma forma arredondada.

(CH) - Povoamento puro de Choupo, objetivo principal produção de lenho

INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
INSTALAÇÃO POR PLANTAÇÃO	Usam-se plantas clonais, instaladas a compasso definitivo com a densidade de 200 a 400 árvores por hectare. A realizar no período de repouso vegetativo.
LIMPEZAS DE MATO	Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência direta com as jovens plantas Indispensáveis durante os primeiros anos, até ao fecho do copado.
ADUBAÇÃO	Pode ser necessário adubar, sendo necessário ter em conta o tipo de solo e a presença ou não de culturas intercalares.
PODA DE FORMAÇÃO	Efetua-se um ou dois anos após a plantação, eliminando os ramos demasiadamente grossos ou que compitam com o eixo principal da árvore, repetindo-se até aos 4-5 anos de idade.
DESRAMAÇÃO	Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. O choupo desrama naturalmente mal, sendo necessária a desramação artificial até 8 m de altura, não excedendo 1/2 da altura da copa. Preconiza-se em termos gerais a realização de 2 a 3 desramas.
CORTE DE REALIZAÇÃO	A idade de corte depende do clone utilizado, da qualidade da estação e da densidade de plantação. Em Portugal as revoluções variam entre 12 e 20 anos.

NOTA: A cultura intensiva do choupo pode apresentar problemas fitossanitários, destacando-se como uma das doenças mais perigosas a Armillaria, que inviabiliza a sua utilização nos solos infetados.

(PM1) - Povoamento puro de Pinheiro manso, em alto fuste, objetivo principal produção de lenho e fruto

INTERVENÇÃO		DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
INSTALAÇÃO	REGENERAÇÃO NATURAL	É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável. O sucesso depende das características da estação.
	SEMENTEIRA	A germinação pode ser irregular. Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos. A realizar no período de repouso vegetativo.
	PLANTAÇÃO	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. A efetuar no período de repouso vegetativo. Densidade inicial: 800 a 1300 árvores por hectare. Para otimizar a produção de fruto a densidade pode ser menor e o compasso deve ser definitivo, recorrendo à enxertia para obtenção de melhores frutos.
LIMPEZAS DE MATO		Têm como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Executar manualmente nas linhas de plantação.
LIMPEZA DE MATO SUPLEMENTAR		Tem como objetivo reduzir o risco de incêndio. Realizar quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Efetuar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
DESRAMAÇÃO		Realiza-se com o objetivo de melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo. A efetuar sobre o fuste, entre os 8 e os 12 anos e entre os 20 e os 25 anos, removendo apenas os ramos do terço inicial do tronco. Nas árvores em frutificação cortar os ramos inferiores, que não produzem flores femininas.
DESBASTES		Realizados pelo baixo, com o objetivo de aumentar o espaçamento entre as árvores, estimulando o crescimento em diâmetro do tronco e proporcionando condições de boa frutificação. Realizar quando houver contacto entre as copas, a partir dos 15 a 20 anos e em quatro operações com intervalos de 10 anos, removendo em cada uma cerca de 20% das árvores.
CORTE FINAL		Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção de receita do povoamento. A realizar pelo 80 a 100 anos de idade, em 200 a 400 árvores por hectare.

(PR) Modelo de silvicultura e gestão florestal do Pinheiro radiata

Intervenção	Descrição da Intervenção
Plantação	Densidade inicial: entre 1400 a 1700 árvores por hectare
Limpezas de mato	Quando a vegetação espontânea entra em concorrência direta com as jovens plantas e/ou quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Executar entre os dois e os seis anos.
Adubação	Adubação de manutenção de forma a suprimir as carências nutricionais da planta, efetuar aos 3 anos.
Limpeza de mato suplementar	Reduzir a concorrência pela luz, água e alimentos minerais, diminuir o risco de incêndio. Eliminar as árvores mortas e doentes.
Desramação	Desramar até um terço da altura das árvores entre os 6 e 8 anos. Não se deve cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base.
Desbaste	Desbaste seletivo pelo baixo, realizar quando houver contacto entre as copas das árvores (nas idades entre os 8-10 anos e entre os 15-18 anos).
Corte Final	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita do povoamento. A realizar entre os 20 e 25 anos de idade, depende da qualidade da estação.

B3. Modelo de intervenção nas áreas agrícolas e pastagens

No cume da serra de Sicó, na zona das eólicas, a pastagens espontânea está inserida numa faixa de rede primária. Segundo o nº3 do artº 47 do DL nº 82/2021 de 13 de outubro refere que estas áreas estão sujeitas “ As normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas de gestão de combustível das redes primária, secundária e terciária e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível são definidas em regulamento do ICNF, I. P., ouvidas a AGIF, I. P., a ANEPC e a GNR, homologado pelo membro do Governo responsável pela área das florestas”.

Nestas pastagens encontramos ervas aromáticas que dão aromas ao queijo característico desta serra, é de grande relevância que os pastores das aldeias vizinhas possam pastorear aqui os seus rebanhos.

As pastagens pastoreadas têm as vantagens de contribuir para a diminuição da carga de combustível, reduzindo a intensidade dos incêndios, permitir a renovação das pastagens e contribuir para o melhoramento do solo, evitando também o pisoteio com máquinas de grandes dimensões.

Nas Unidades de Intervenção “PA”, nas zonas de grande declive, a sementeira convencional com pastagens permanentes tem o objetivo de reduzir a erosão do solo, melhorar as características do solo e permitir a infiltração das águas das chuvas e a reduzir a velocidade do seu escoamento ao longo das encostas. Nestas zonas o controlo da vegetação será feito através do pastoreio, tendo o cuidado nos primeiros anos de pastorear depois da queda da semente para que a pastagens se renove por ela.

Na Unidade de intervenção “PA1”, a sementeira convencional de pastagens permanentes permite apoiar os rebanhos em épocas de menor disponibilidade de alimento, sendo a recolha mecanizada. A instalação será realizada através de lavoura e sementeira a lanço.

Como nesta região as atividades de pastoreio estão relacionadas com a produção de leite para o queijo do Rabaçal (DOP) e para a produção de cabritos que são uma fonte de rendimento para muitas famílias, a instalação de pastagem melhoradas vai contribuir para rebanhos mais fortes, e com maior rendimento.

Nas áreas agrícolas a maior intervenção será no olival, na renovação de oliveais abandonados ou queimados permitindo às pessoas obter uma forma de rendimento.

A instalação de olival será maioritariamente à cova com broca devido ao tipo de solo, muita pedregosidade, não permitindo o uso de máquinas agrícolas. O controlo da vegetação será manual, através de motoroçadoras. A instalação do olival será no outono, de forma a permitir aproveitar a humidade solo para o desenvolvimento da raiz das plantas.

Nos primeiros anos será feita a poda de formação das oliveiras e ao longo dos anos será feita a condução do olival através das boas práticas agrícolas, nomeadamente adubações e aplicação de produtos fitofarmacêuticos, podas de produção com regularidade de forma a garantir uma maior produtividade e podas de renovação, eliminando os ramos secos ou doentes que aparecem.

Na maioria das áreas agrícolas o tipo de agricultura praticada é familiar, agricultura de subsistência, em que são cultivados os bens essenciais para as famílias, sem objetivo de lucro.

C. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

As estimativas dos valores de investimento são aproximadas e algumas até inferiores ao real devido às características desta região. Num solo com estas características a realização das operações é mais morosa, requer mais cuidados e atenção e mais tempo para as executar. As ações propostas na preparação do terreno são maioritariamente manuais e com abertura de covas, nas áreas de encosta e de muita pedregosidade é impossível fazer ripagem ou outro tipo de operações mecânicas.

Os caminhos estreitos e delimitados por muros de pedra por vezes são um entrave para as escolhas das máquinas florestais a utilizar, devido à sua dimensão não tem acesso às propriedades a intervir, o que obriga também a optar por operações manuais.

C1. Ações de reconversão e valorização da paisagem

As ações de reconversão e valorização proposta serão financiadas a 100% pelo PPR, Fundo Ambiental após a aprovação da OIGP, tendo em conta os valores estimados para esta OIGP. O financiamento público global não deverá ultrapassar, por área da OIGP a intervencionar (áreas onde estão previstas ações de reconversão ou valorização e com investimento associado), um custo médio de 2.500€ por hectare.

a) Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem

O cálculo do investimento foi com base nos valores da orientação Técnica (OT) N° 03/C08-I01.01/2022 "Operações Integradas de Gestão da Paisagem", versão final: 4.0 de 23 de novembro de 2023 e para as ações de investimento não descritas na referida OT, recorreu-se às tabelas de CAOF 2022.

O Quadro 3, que se encontra em anexo indica-nos o investimento estimado para as ações de reconversão e valorização da paisagem (investimento inicial), identificando para cada unidade de intervenção (UI) as operações a realizar, a área e outras ações a realizar em infraestruturas, assim como, a estimativa do custo total de cada unidade de intervenção.

b) Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem

O quadro 4, em anexo, fornece uma síntese do investimento global proposto em ações de transformação e valorização da paisagem por tipologia de ocupação do solo e outros elementos estruturais.

A estimativa do custo total para as ações de reconversão e valorização da paisagem das unidades de intervenção definidas é de 1.750.187€ (um milhão, setecentos e cinquenta mil cento e oitenta e sete euros). O valor total estimado para o proposta na ocupação do solo é de 1.742.325€ e o valor total estimado para os elementos estruturais propostos é de 7.862€.

C2. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos serviços de ecossistemas**a) Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos serviços de ecossistemas**

Os apoios à gestão e manutenção e remuneração dos serviços de ecossistemas foram calculados com base na Orientação Técnica - Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: apoios a 20 anos, versão final : 2.0 de 23 de novembro de 2023.

Os apoios a 20 anos visam:

- a) Garantir a gestão e manutenção conjunta e integrada da OIGP;
- b) Promover sistemas culturais que contribuam ativamente para o aumento da resiliência e a diminuição da vulnerabilidade do território (RVFR) aos incêndios rurais e, desse modo, assegurar a prestação dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente a biodiversidade, a proteção da água e do solo e o sequestro de carbono.

Critérios de elegibilidade dos apoios:

- A OIGP estar devidamente aprovada nos termos do artigo 22.º do Decreto-lei nº 28º-A/2020, de 26 de junho, na sua redação atual, e em vigor;
- Encontrarem-se concretizados os investimentos previstos ao abrigo do Investimento RE-C08-i01: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), quando aplicável;
- Possuir as áreas elegíveis para financiamento anual devidamente geridas e tratadas, a confirmar por relatório de demonstração do comprimento de regimes de gestão que vieram a ser determinados por aviso do Fundo Ambiental.

Não são elegíveis para atribuição dos apoios previstos as áreas florestadas com recurso a espécies de rápido crescimento, exploradas em rotações com uma duração inferior a 20 anos e árvores de crescimento rápido utilizadas na produção de energia e outras áreas exploradas em regime intensivo.

O montante global estimado para a remuneração dos serviços de ecossistema para 20 anos é de 2.740.580€ (dois milhões setecentos e quarenta mil e quinhentos e oitenta euros), para uma área de aproximadamente 1030 ha, prevendo-se para esta área um apoio anual de 137.029€. No quadro 5 em anexo, observamos o valor total estimado a 20 anos para cada unidade de intervenção.

Para esta estimativa foi tido em consideração o declive, as áreas inseridas na estrutura da paisagem e as áreas em REN associadas ao ciclo hidrológico.

Para as áreas que beneficiem de prémios de manutenção e perda de rendimento no âmbito de projetos de investimento com termo de aceitação assinado com o IFAP no âmbito dos projetos de investimento florestais financiados pelo FEADER, e cujo investimento se localize em AIGP com OIGP aprovadas, os apoios a atribuir terão por base os respetivos acertos, sendo pago o diferencial.

C3. Demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta

A demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta, tem em conta:

- As contas de cultura das espécies ou sistemas produtivos integrados;
- Os custos de instalação, rendas, encargos de manutenção e gestão;
- Diferencial de rendimentos expectável da nova paisagem (comparação do valor atual e do valor futuro estimados, incluindo o incremento do rendimento resultante do investimento produtivo, a redução das perdas por risco ao fogo e a remuneração dos serviços de ecossistemas).

A demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta foi calculada para 20 anos (ano 2045), tendo em conta os preços de mercado. Rubricas a considerar: pinheiro-bravo, pinheiro-manso, sobreiro, carvalho, medronheiro, olival, mel e pastorícia.

Neste projeto é importante verificar se o reordenamento proposto é o mais adequado em termos ambientais e sociais, mas também analisar se é viável economicamente. Optou-se por

fazer um cálculo para um período de 20 anos, isto é, verificar se os rendimentos são superiores aos gastos, nestes cálculos vamos considerar também os apoios a 20 anos.

Da floresta prevê-se obter resultados em 2045, no povoamento de pinhal adulto, numa área de 1.27 ha, estima-se uma produtividade lenhosa de 343 m³/ha, prevendo-se um valor de 43.5€/m³. Para este povoamento o valor da madeira em pé será de 18.949€.

Nas áreas de eucalipto, prevendo-se nestes 20 anos pelo menos um corte, numa área de 56 ha, estima-se uma produtividade lenhosa de 166m³/ha, sendo áreas de difícil acesso, prevendo-se um valor de 35€/m³. Para este povoamento o valor da madeira em pé será de 325.360€.

Os povoamentos de pinheiro-manso serão enxertados, uma área de 21.95 ha, antecipando a sua produção para os 12 a 15 anos, prevendo-se que existam anos de safra e contra-safra. Cada pinheiro-manso produz cerca de 120 pinhas por ano, o que corresponde a aproximadamente 20 kg de pinhas por planta, a um preço de 0.60€ por kilo na árvore. Prevê-se que até 2045 tenha-se um proveito total de 351.481€.

Os povoamentos de sobreiro no ano de 2045 ainda não têm resultados, pela razão de a produção de cortiça com qualidade apenas se obtêm aos 43 anos da árvore.

Os povoamentos de carvalho-cerquinho adultos serão para preservar, é uma espécie com grande valor ambiental, encontramos exemplares muito bonitos próximo das áreas habitacionais. Os carvalhos a instalar em 2045 ainda não estão em idade de corte.

O medronheiro inicia a sua frutificação aos 5/6 anos, com anos de safra e contra-safra, estimando uma produção de 2750 kg/ha, a um preço de 1€/kg. Pretende-se instalar cerca de 62.5 ha, 18.3 ha nas áreas das FGC (compasso de 6 m X 6 m) e 44.2 ha com um compasso normal (4 m X 3 m). Para as áreas de medronheiro nos 20 anos prevê-se um valor de 1.106.380€.

O mel será outra fonte de rendimento, atualmente existem cerca de 130 colmeia com uma produção de 15 kilos, a um preço de 9€ por kilo, o resultado nos 20 anos será de 351.000€.

No que se refere a silvo pastorícia, estimamos a produção de 170 cabritos e borregos o que resulta num valor para os 20 anos de 273.000€.

O Olival é uma cultura que se prevê ser rentável, a área de produção será de 92.50 ha, com cerca de 400 plantas por hectare. Com base nos olivais existentes, prevê-se uma produção de azeitona de 8.000 kg/ha, com um rendimento 12%, estima-se obter 88.800 litros por ano de azeite a um preço de 9€/l. Em 2045 o resultado será de 7.992.000€.

No que se refere aos gastos para os 20 anos seguintes (2045), custos para manutenção e gestão das propriedades num total de 3.448.464€.

No que se refere aos proveitos verifica-se que nestes 20 anos teremos rendimentos de 9.119.430€. A este valor ainda acresce o valor do apoio à gestão, manutenção e remuneração dos serviços dos ecossistemas no valor de 2.740.580€.

Na manutenção e gestão dos prédios na área da OIGP prevê-se para os 20 anos um valor de 4.692.939€.

Tendo em conta os gastos e os proveitos ao longo dos 20 anos verificamos que temos um lucro de 8.137.411€.

D. GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

D1. Levantamento Cadastral e da Situação de Adesão

O Município de Soure continua a realizar os levantamentos cadastrais dos proprietários com prédios inseridos na AIGP. Todo o trabalho de pesquisa e procura para identificar os proprietários continua a ser feito pelo município, estando previsto até fevereiro de 2024.

A Entidade gestora presentemente continua também a tentar identificar os proprietários. Os proprietários que fizeram o BUPI no balcão, a entidade gestora ainda não conseguiram identificá-los devido à proteção de dados.

Segundo o relatório do BUPI referente ao mês de novembro a área coberto por RGG era de 561 ha, o que perfaz uma percentagem de 53% da área, o nº de matrizes é de 589, face ao nº de prédios estimados inicialmente temos apenas 14%.

Dos prédios com as matrizes identificadas no Quadro 6 em anexo, 292 matrizes tem proprietário conhecido, 233 matrizes já com proprietário aderente, 70 matrizes com preceptivas de aderir.

D2. Modelo de Gestão e Contratualização

a. Modelo de organização e funcionamento

A SAURIUM FLORESTAL- Associação Pró Floresta do Concelho de Soure, é uma entidade sem fins lucrativos. É uma associação de direito privado, organizada com órgão sociais, nomeadamente Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal.

A Associação tem uma equipa de sapadores florestais com 5 elementos, dois técnicos, um da área florestal e outro da área agrícola (em estágio), uma secretária e somos também apoiados por uma empresa de contabilidade. Desenvolve atividades de defesa do ambiente, silvicultura e outras atividades florestais, atividades de serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal.

A Associação tem competências técnicas e é responsável para executar o projeto da OIGP.

b. Modelo de acesso e execução dos financiamentos

A Saurium Florestal dará todo o apoio técnico aos proprietários para o desenvolvimento de ações nos seus prédios na área da AIGP. Informará das candidaturas que possam ser

relevantes para estas áreas, assim como, poderá elaborar as candidaturas e acompanhar a sua execução.

c. Modelo de contratualização de compromissos

O modelo de contratualização de compromissos será definido após a aprovação da OIGP.

d. Modelo de intervenção para áreas sem dono desconhecido e para áreas de arrendamento forçado

O modelo de intervenção definido será com base na legislação aplicável e só poderá ser definido após a consulta pública do cadastro, de forma a nos fornecerem a informação de quais os prédios sem dono conhecido e as áreas de arrendamento forçado.

e. Modalidades de adesão

As modalidades de adesão serão definidas posteriormente.

E. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Posteriormente será definido um conjunto de indicadores de execução física e financeira e as metas a considerar, incluindo da incidência de incêndios, relativamente ao número de ocorrências e áreas ardidas, prevendo metas parcelares de avaliação a 2 anos, e de cinco em cinco anos até 20 anos, para acompanhamento do grau de concretização das ações de reconversão e valorização da paisagem e das ações de manutenção e gestão face aos grandes objetivos de OIGP.

Bibliografia

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 junho:** Cria o Programa de Transformação da Paisagem;
- **Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, na sua redação atual:** Aprova o regime jurídico do Programa de Reconversão da Paisagem;
- **Lei n.º 33/96, de 17 de agosto:** Lei de bases de política florestal;
- **Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro:** Aprova programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral;
- **Lei n.º 11/87, de 7 de abril:** Lei de bases do Ambiente;
- **Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto:** Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional;
- **Decreto-Lei n.º 85/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual:** Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e define as suas regras de funcionamento;
- Guerreiro, Maria Rosalia P.- “O território e a edificação – o papel do suporte físico natural na génese e formação da cidade portuguesa”, ISCTE, Lisboa 2001;
- Santiago Noemí, Pinto Luísa, Valente Sara, Barbosa Helena, Ruas Filipa, “CONNECTIVIDADE ECOLÓGICA DENTRO DO EFMA”, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A., Beja (adaptação de Taylor et al., 1993);
- Viegas Domingos Xavier, Ribeiro L. M., Almeida M., “Faixas de Gestão de Combustível”, ADAI, Universidade de Coimbra;
- Ventura João, Vasconcelos Maria J., “O Fogo como Processo Físico-Químico e Ecológico”;
- Pereira João Santos, Pereira José M. Cardoso, Rego Francisco Castro, Silva João M. Neves, Silva Tiago Pereira “Incêndios Florestais em Portugal- Caracterização, Impactes e Prevenção”, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

ANEXOS

ANEXO 1

COMPORTAMENTO DO FOGO**Resultados Provisórios**

Os resultados aqui apresentados têm origem em simulações de um grande incêndio vindo de norte, sob condições extremas, que percorre a área da AIGP nos cenários da POSA (Figura 1) e da POSP (Figura 2).

. A humidade dos combustíveis finos é de 4%. A velocidade do vento é de 31 km/h. Temperatura de 36°C. Humidade relativa de 18%.

São apresentados resultados de velocidade de propagação (Tabela 1) e intensidade do fogo (Tabela 2), conforme solicitado pelo ICNF. Os resultados mostram a área, em hectares (ha), dentro da AIGP de Sicó, sujeita a diferentes classes de velocidade de propagação e de intensidade do fogo.

Verifica-se que o incêndio é bastante atrasado na POSP (Figura 2), propagando-se mais lentamente, retratado pela maior proximidade das isolinhas horárias. Verifica-se também que na POSP, há uma predominância de áreas com reduzida velocidade de propagação e reduzida intensidade do fogo, demonstrando o efeito positivo da transformação da paisagem na prevenção de incêndios.

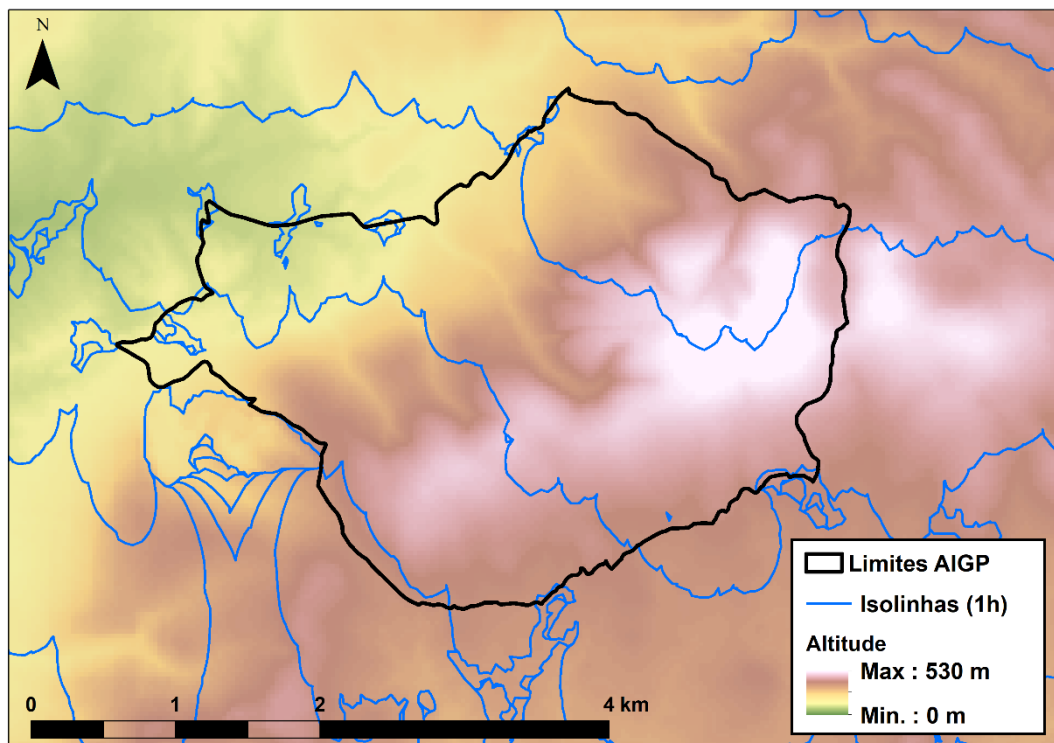


Figura 1 - Isolinhas horárias de propagação de um incêndio vindo de norte sob condições extremas que percorre a AIGP de Sicó no cenário da POSA.

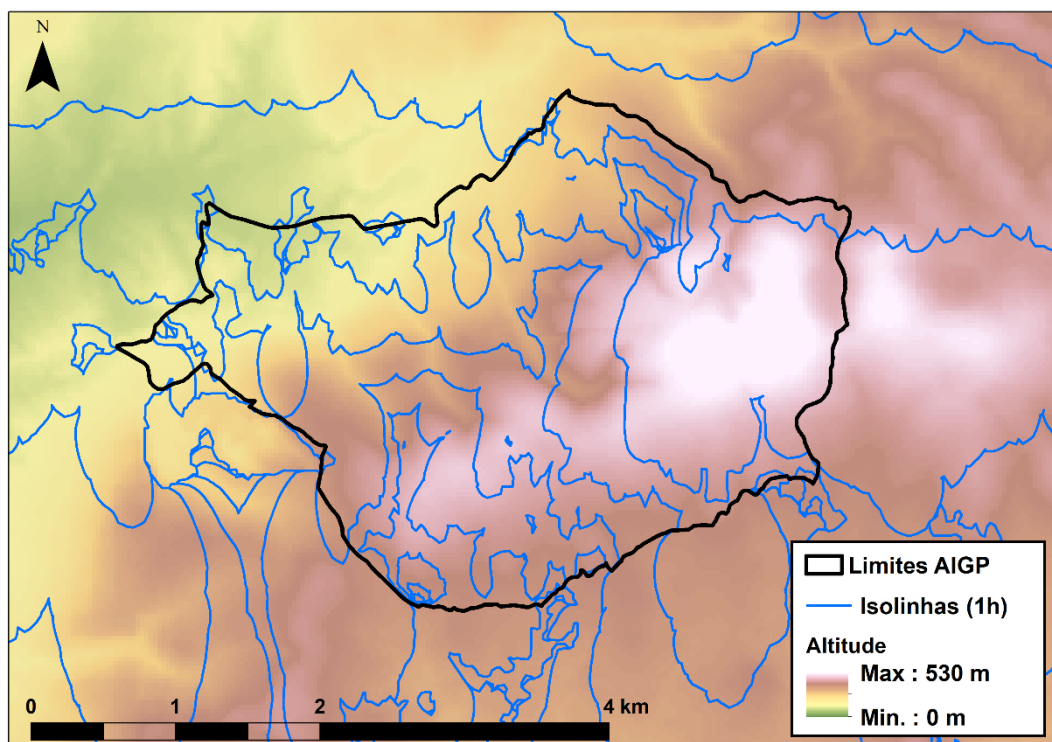


Figura 2 - Isolinhas horárias de propagação de um incêndio vindo de norte sob condições extremas que percorre a AIGP de Sicó no cenário da POSP.

Tabela 1 - Distribuição de classes de velocidade de propagação do fogo (m/min) por área (ha) na POSA e POSP de acordo com simulações com MTT nos quatro quadrantes para a AIGP de Sicó (tabela). Reduzida: < 5 m/min; Moderada: 5,1-15 m/min; Elevada: 15,1-30 m/min; Extrema >30 m/min.

	Área (ha) por classes de velocidade propagação			
	Reduzida	Moderada	Elevada	Extrema
Norte (POSA)	19,8	291,8	677,4	58,3
Norte (POSP)	521,6	316,3	206,9	0,1

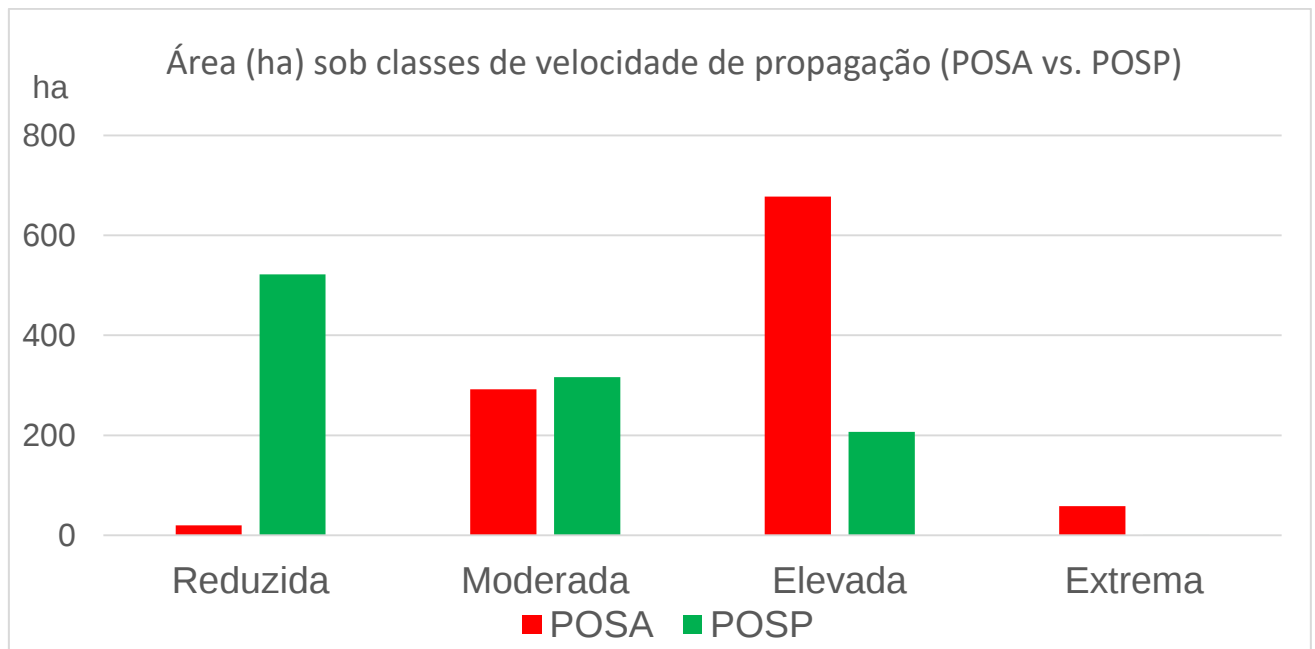


Tabela 2 - Distribuição de classes de intensidade de fogo (kW/m) por área (ha) na POSA e POSP de acordo com simulações com MTT nos quatro quadrantes para a AIGP de Sicó (tabela). Reduzida: < 500 kW/m; Moderada: 500-2000 kW/m; Elevada: 2000-10000 kW/m; Extrema >10000 kW/m.

	Área (ha) por classes de intensidade do fogo			
	Reduzida	Moderada	Elevada	Extrema
Norte (POSA)	194,2	29,7	125,0	711,0
Norte (POSP)	698,5	321,5	39,1	0,8

